



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**EDVALDO ARAÚJO BARROS**

**RELAÇÕES DE TRABALHO, CONDIÇÕES DE VIDA E PERCEPÇÕES DE LUGAR  
DOS CORTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR EM AROEIRAS-PB.**

**CAMPINA GRANDE - PB**

**2015**

**EDVALDO ARAÚJO BARROS**

**RELAÇÕES DE TRABALHO, CONDIÇÕES DE VIDA E PERCEPÇÕES DE LUGAR  
DOS CORTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR EM AROEIRAS-PB.**

Trabalho de Conclusão, apresentado ao Curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Albuquerque da Costa

Campina Grande - PB

2015



É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B277r Barros, Edvaldo Araújo  
Relações de trabalho, condições de vida e percepção de lugar  
dos cortadores de cana-de-açúcar no município de Aroeiras-PB  
[manuscrito] / Edvaldo Araujo Barros. - 2015.  
54 p. : il. color.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2015.  
"Orientação: Prof. Dr. Antonio Albuquerque da Costa,  
Departamento de Geografia".

1. Trabalhadores Rurais 2. Aroeiras - Paraíba 3. Migração  
Sazonal 4. Cortadores de Cana de Açúcar I. Título.  
21. ed. CDD 331.544

RELAÇÕES DE TRABALHO, CONDIÇÕES DE VIDA E PERCEPÇÃO DE LUGAR  
DOS CORTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNICÍPIO DE AROEIRA - PB

Aprovado em 02/12 / 2015.

**BANCA EXAMINADORA**

Orientador: Antonio Albuquerque da Costa  
Prof. Dr. Antonio Albuquerque da Costa - UEPB

Examinador Interno: Josandra Araújo Barreto de Melo  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Josandra Araújo Barreto de Melo - UEPB

Examinador Externo: Paulo Sérgio Cunha Farias  
Prof. Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias - UFCG

**BARROS.** Edvaldo Araújo. **Dinâmica migratória dos cortadores de cana-de-açúcar no município de Aroeiras- PB.** Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, Departamento de Geografia, Curso de Licenciatura em Geografia, Campina Grande, 2015.

## RESUMO

O presente trabalho é um estudo sobre os trabalhadores rurais do município de Aroeiras- PB que sazonalmente migram para a Zona da Mata do vizinho estado de Pernambuco com a finalidade de vender sua mão de obra para o corte da cana de açúcar nas usinas do referido estado. Embora o município de Aroeiras ofereça mão de obra barata e desqualificada para outros municípios da Paraíba e para outros estados, em especial para o Rio de Janeiro e São Paulo, o presente trabalho deu mais importância à migração para o estado de Pernambuco por ser este que absorve a maioria desses trabalhadores rurais sem estudo e sem qualificação técnica que sazonalmente se submetem à exploração de sua força de trabalho e a um modo de vida de extrema dificuldade. Nesta perspectiva, realizou-se uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa, cujo objetivo foi analisar o modo de vida dos trabalhadores rurais (boias-frias). Para a fundamentação teórica e análise dos dados nos baseamos nos autores: Andrade (1984), Silveira e Santos (2008), Becker (1997), Andrade (1997 e 2005), Barros (2012), Debat (2008), Santos (2008), Menezes (1998) e Menezes (et. al.,2011), entre outros. Os sujeitos da pesquisa foram dois cortadores de cana, resididos no município de Aroeiras. A análise dos dados discutiu o modo de vida dos cortadores de cana e as múltiplas atividades desempenhadas por eles nos seus lugares.

Palavras-chave: Aroeiras. Migração sazonal. Cortadores de cana.

## ABSTRACT

The present work is a study about the rural workers from the city of Aroeiras-PB that seasonally migrate to the *Zona da Mata* (Woods Zone) of the neighboring state of Pernambuco in order to sell their labor for cutting sugar cane in the sugar mills of the quoted state. Although Aroeiras city offers cheap and disqualified labor to other cities of Paraíba and to other states, especially to Rio de Janeiro and São Paulo, this study gave more importance to the migration to the state of Pernambuco, because it is the one that absorbs most of these rural workers without study and technical skills that are seasonally subjected to the exploitation of their labor power and a way of life extremely difficult. In this perspective, there was a field research with qualitative approach, whose objective was to analyze the way of life of rural workers. For the theoretical foundation and analysis of the data, we relied on the authors: Andrade (1984), Silveira and Santos (2008), Becker (1997), Andrade (1997 and 2005), Barros (2012), Debat (2008), Santos (2008), Menezes (1998) and Menezes (et al., 2011), among others. The study subjects were two sugar cane cutters, residents in Aroeiras city. The data analysis discussed the way of life of the sugar cane cutters and the multiple activities performed by them in their places.

Keywords: Aroeiras. Seasonal migration. Sugar cane cutters.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Caatinga no extremo nordeste do município de Aroeiras- PB.....	10
Figura 2: Caatinga no extremo oeste do município de Aroeiras- PB.....	11
Figura 3: Igreja do sítio Manoelas.....	12
Figura 4: Árvore aroeira.....	14
Figura 5: Banco de sementes.....	29
Figura 6: Roçado de um trabalhador rural migrante cortador de cana-de-açúcar .....	30



## LISTA DE QUADRO

Mapa 1- Localização Município no Estado e no Nordeste.....	9
Quadro 1 - Evolução da população rural e urbana do município de Aroeiras.....	17

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO OBJETO DE ESTUDO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 MIGRAÇÃO: EVOLUÇÃO E SIGNIFICADO .....</b>	<b>18</b>
2.1 PERFIL DO TRABALHADOR RURAL MIGRANTE (BOIA-FRIA) .....	20
2.2 O TRABALHO NO ROÇADO.....	26
2.3O TRABALHO DE DIARISTA.....	31
<b>3 TRABALHO NO CORTE DE CANA-DE-AÇÚCAR .....</b>	<b>38</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>50</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>52</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>54</b>

## INTRODUÇÃO

Os fluxos migratórios permitiram que o ser humano, na sua busca incessante por melhores condições de vida chegasse aos mais longínquos lugares da Terra. Assim, os processos que levam a migração são diversos e cada fluxo apresenta uma problemática particular cuja solução para esse problema tem sido buscada no lugar de destino. Os seres humanos estão em constantes movimentos, sejam nos fluxos campo/cidade, campo/campo, cidade/cidade, cidade/campo, dos quais alguns acontecem com mais intensidade que outros, mas sempre provocando a mobilidade de pessoas através dos espaços que se remodelam com eles.

A busca por melhores condições de vida leva os seres humanos a abandonarem suas famílias e seus lugares e a se aventurarem por territórios estranhos. Assim, diferentes grupos sociais se fizeram presentes na migração brasileira desde o período colonial até os dias atuais. No Nordeste brasileiro, as migrações são intensas ao longo de sua formação regional, principalmente pela busca de sobrevivência. Porém, a ausência de estudo e de desenvolvimento técnico e econômico para uma parcela da sua população deram origem aos cortadores de cana, popularmente chamados de “boias-frias”.

No entanto, o cortador de cana é um trabalhador polivalente que não desempenha só essa atividade nos canaviais, visto que a mesma não oferece a obtenção de recursos necessários para viver de maneira digna, os cortadores de cana tornam-se seres de múltiplas práticas, como o trabalho no roçado e ou nos “bicos” como diaristas em propriedades do seu lugar de origem.

O interesse em trabalhar tal temática surgiu na convivência com alguns trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar no Município de Aroeiras- PB, como também das experiências se dos relatos acerca da vida dos trabalhadores rurais, que sazonalmente necessitam viajar para outras regiões em busca de trabalhar no que eles sabem fazer, que é cortar cana, uma atividade que representa uma fonte de recursos para esse grupo. Ao término do corte da cana, o trabalhador rural retorna para seu lugar de origem com algum dinheiro economizado no período em que esteve cortando cana e busca encontrar quem pague algum dia de serviço (“bico”), noutros dias da semana desenvolve seus roçados junto de suas famílias para assegurar sua sobrevivência.

O trabalho é o resultado de uma pesquisa na qual se buscou diagnosticar as dinâmicas do processo migratório dos cortadores de cana e as múltiplas atividades desempenhadas por eles para viverem com dignidade de acordo com seu modo de vida. E volta-se mais especificamente para identificar os fatores que dão continuidade ao fluxo migratório dos cortadores de cana.

O aporte teórico para subsidiar o trabalho contou com autores como Andrade (1984), Silveira e Santos (2008), Becker (1997), Andrade (1997 e 2005), Barros (2012), Dabat (2008), Santos (2008), Menezes (1998) e Menezes et. al., (2011) entre outros.

A importância do estudo justifica-se por ser uma temática que envolve diferentes relações sociais que se processam através da mobilidade espacial do trabalhador e das características socioeconômico dos diferentes lugares que estabelecem relações de complementaridade tecidas pela divisão territorial do trabalho.

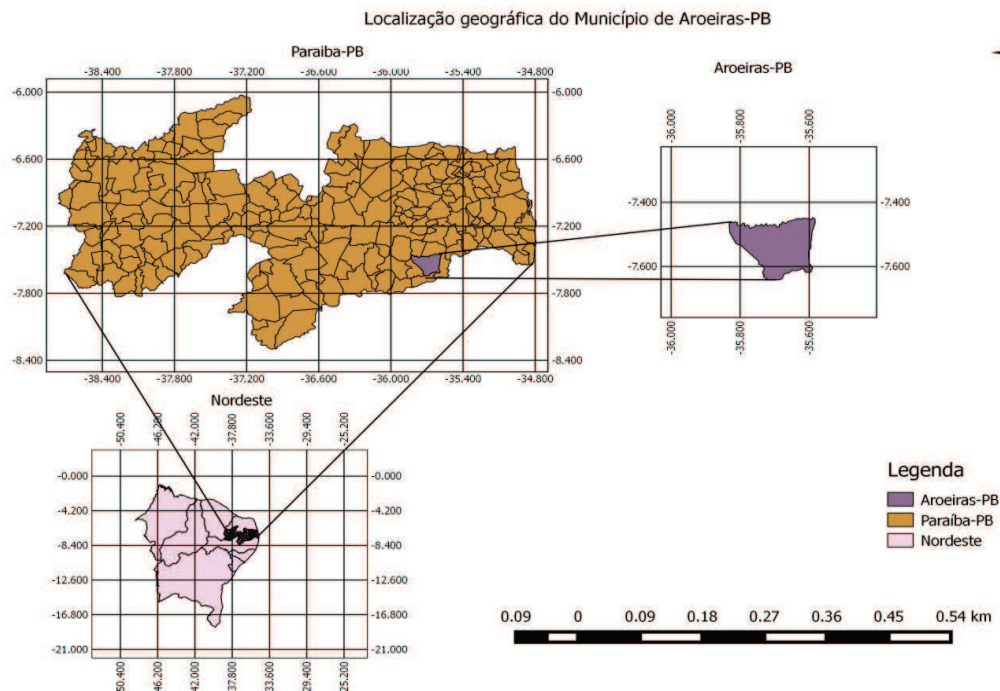
Os resultados dessa pesquisa poderão contribuir para futuras intervenções estratégicas por parte do Estado e em ações que melhorem as condições socioeconômicas do grupo social abordado, pode preencher lacunas e tornar-se uma possibilidade de suporte para futuras pesquisas sobre o tema abordado.

O trabalho segue uma sequência que tem início com a apresentação do tema e suas dinâmicas, seguindo para um aprofundamento histórico da colonização do Município de Aroeiras-PB. Expõe o início do fluxo migratório dos cortadores de cana, suas diferentes atividades, e a importância de cada uma destas atividades tem no modo de vida dos migrantes, tais como o trabalho no corte de cana, a labuta no roçado e o subemprego de diarista. Buscou-se expor a relação e a importância de cada atividade em uma discussão subsidiada por diferentes autores, e, por último, a falados próprios migrantes cortadores de cana, “Boias Frias”.

## 1 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO OBJETO DE ESTUDO

O Município de Aroeiras está localizado na Microrregião de Umbuzeiro e na Mesorregião do Agreste Paraibano. Limita-se com os municípios de Fagundes, Itatuba, Natuba, Umbuzeiro e Gado Bravo. A distância da Capital João Pessoa é de aproximadamente 105 km. Sua área territorial é de 375 km<sup>2</sup>. A sede do Município encontra-se localizada a uma altitude de 363 metros em relação ao nível médio do mar, no geral, as altitudes do Município variam entre 300 e 600 metros de altitudes. O acesso Aroeiras/João Pessoa é feito pelas BR, 230, 104 e PB 09 (Andrade 1984).

O Município de Aroeiras está em uma região historicamente castigada por secas, drenada por dois Rios temporários, Paraíba e Paraibinha, ver localização das fronteiras do município e toda rede hidrográfica e rodovias no (anexo 1) e a localização Município no Estado e no Nordeste no mapa abaixo.



Fonte: BARROS. Edvaldo Araújo. 2015.

O clima é caracteristicamente quente, com duas estações bem definidas, uma estação chuvosa, denominada de inverno, que abrange um período de Março a Setembro, e outra estação denominada de verão, muito quente e seca com poucas chuvas, no período entre o fim de setembro e início de março. Devido à localização geográfica próxima à linha do Equador o

clima é predominantemente tropical, com a vegetação é típica de Caatinga, exceções feita a algumas áreas onde nota-se vegetação com variedades típicas das áreas mais úmidas (Brejos).

A explicação para tais variações da vegetação e do clima deve-se ao fato que o território aroeirense localiza-se em uma área de transição do Planalto da Borborema com a Depressão Sublitorânea, fica tecnicamente no Ecossistema denominado de Caatinga, como já foi citado antes. É uma área de transição com algumas áreas onde há maior umidade e vegetação de caatinga com menos cactáceas (como mostra a foto 1- Caatinga no extremo nordeste do município de Aroeiras).

Figura 1: Caatinga no extremo nordeste do município de Aroeiras- PB



Fonte:BARROS. Edvaldo Araújo. 2015.

Essa vegetação de Caatinga com maior porte e menos cactáceas, associada ao clima mais úmido encontra-se nas áreas altas e de encostas a nordeste do município, mas na maior parte do território aroeirense a vegetação é de Caatinga de plantas menores, típica do clima semiárido, com relevo muito irregular presentes a oeste e sudeste do município (como mostra a Foto 2 -Caatinga do extremo oeste do município de Aroeiras- PB.).

Figura 2: Caatinga no extremo oeste do município de Aroeiras- PB.



Fonte: BARROS, Edvaldo Araújo. 2015.

Segundo Andrade (1984), a ocupação e delimitação do território aroeirense foram feitas inicialmente pelo migrante português Laurentino de Moura Varejão que veio do Recife, a chegada dos primeiros habitantes no espaço, que posteriormente foi denominado de Aroeiras, iniciou-se pelo Rio Paraíba, e posteriormente através de um de seus afluentes, a exemplo do local onde hoje é a sede do município que foi denominado de Riacho do Aricuru. Nesse lugar, nas margens do riacho foi construída a primeira casa, partindo daí a colonização do Município, como mostra Andrade (1984, p.16),

Laurentino de Moura Varejão iniciou a viagem de volta a Recife, onde tinha família radicada e, ali chegando, iniciou o movimento que lhe garantiu a propriedade na região explorada. [...] Conduzindo o alvará que, segundo os informes, foi concedido pelo príncipe D. Pedro Primeiro, voltou ao “Olho d’água do Aricuru”, desta feita para tomar posse de fato e de direito. [...] Chegando ao local, logo iniciou o trabalho de colonização e, bem próximo ao olho d’água, construiu a primeira casa, onde posteriormente residiu o senhor Domingos de Souza, neto de João de Souza Barbosa, um dos baluartes da fundação da atual cidade de Aroeira.

Posteriormente, a sede do Município encaminhava para ser no atual sítio de Manoelas, como afirma Andrade (1984, p. 31 e 32), “Naquela época, Manoelas onde morava João Barbosa Monteiro e seus familiares era a localidade mais próspera da região e ali havia

inclusive uma boa feira que semanalmente reunia agricultores e proprietários”. Em Manoelas já havia muitas casas, cemitério e igreja, essa já existia no local, onde planejava-se ser a sede do município (como mostra a Foto 3 - Igreja do sítio Manoelas)

Figura 3:Igreja do sítio Manoelas



Fonte:BARROS. Edvaldo Araújo. 2015

A imagem mostra o que restou das construções do início da colonização do sítio Manoelas, local que na época cogitava-se para ser a sede do município, esse fato não se consolidou porque o Sr. Antônio de Souza teve uma participação influente e atuante, contribuindo para o surgimento da sede do município, como evidencia Andrade (1984, p.32),

Antônio Gonçalves, sendo muito popular, logo ganhou a amizade dos vizinhos e passou a organizar verdadeiras festas populares, animadas por uma banda de música que regularmente trazia da localidade pernambucana de onde viera. [...] Aos domingos, Antônio Gonçalves organizava verdadeiras excursões pelas cercanias, [...].O clima de entusiasmo era tão grande, que a casa de Antônio Gonçalves passou a ser o pólo de atração em prejuízo de Manoelas.



Devido a essa influência com os moradores da região, logo o Sr. Antônio Gonçalves organizou outra feira que apressou a decadência de Manoelas, como ressalta Andrade (1984, p.32),

Assim sendo, depois de uma reunião entre Antônio Gonçalves, os Souza, os Andrade e Manoel F. de Figueiredo, no domingo 20/11/1881, organizaram a primeira feira na localidade, sob uma palhoça coberta com palhas de coco catolé. A existência da feira logo espalhou-se pela região e esta passou a ser denominada “feira do catolé dos Sousa”. A denominação não agradou aos Sousa; então a feira passou a ser chamada “feira do olho d’água das aroeiras”, em virtude de haver muitos pés de aroeiras, que circulavam o olho d’água que hoje está localizado na rua Zeferino de Paula; essa feira foi mudada para os sábados com o nome simplificado: “Aroeiras”. [...] Assim se originou a localidade que foi povoado, vila, hoje cidade e comarca”.

Esses nomes citados eram as pessoas mais importantes da região, os colonizadores pioneiros, que se transformaram em famílias tradicionais, até a atualidade. A família Barbosa que era a principal “vítima” dessa nova feira, não ficou chateada com a família Souza e passou a contribuir para o crescimento de Aroeiras, como destaca Andrade (1984, p.32 e 33):

Os Barbosa Monteiro, já previam que com a criação da nova feira, o povoado de Manoelas entraria em decadência e foi isso que aconteceu; no entanto eles trataram de contribuir decididamente para com o progresso de Aroeiras e foi assim que criaram uma corporação da “Guarda Nacional”, cujo o comandante coube a João Barbosa Monteiro.

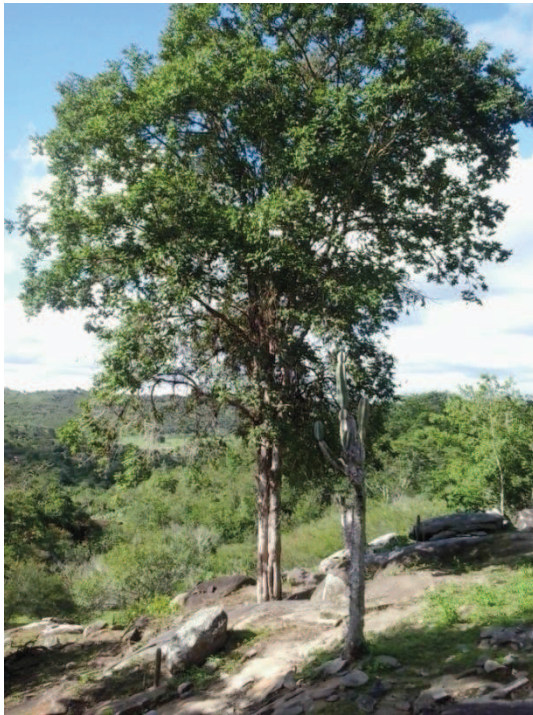
Assim, essa a família Barbosa atuou decisivamente na construção de Aroeiras, estando presente até os dias atuais na localidade de Manoelas e em vários outros lugares do município. A nova feira desenvolveu-se contribuindo com a urbanização das áreas, atraindo pessoas de vários outros lugares. Segundo Andrade (1984, p.33), “A feira, a segurança que representava a “Corporação da Guarda Nacional”, e a fama de ser um bom lugar, atraíram novos habitantes que em Aroeiras se estabeleciam e dedicavam-se as atividades comerciais, agrícolas e pecuárias”.

A feira era frequentada por praticantes dessas três atividades que se mantém até os dias atuais, a feira Catolé dos "Souza", e posteriormente, Aroeiras, como ficou conhecida. Nesta época, a área já contava com muitos habitantes e com a participação dessa população de toda a área, foi crescendo e logo surgiram novas residências, formando um núcleo de moradores que posteriormente foi elevado à categoria de vila pertencente a Umbuzeiro, e elevado à categoria de Município em 28-12-1953, desmembrado de Umbuzeiro, tornando-se um novo município denominado de Aroeiras (ANDRADE, 1984).

Nesta nova configuração territorial desmembrada de Umbuzeiro e elevada à categoria sede de Município, Aroeiras conservou o nome da árvore que virou o símbolo desse Município. Vale salientar que o Município não recebeu esse nome por acaso, uma vez que seu nome surge em virtude da abundância de espécie de árvore (Foto 4 - Árvore aroeira<sup>1</sup>) que cercava o olho d'água do Aricuru). E podia ser encontrada por toda região.

Atualmente ainda é possível encontrar no município espécies da árvore aroeira, mesmo depois de tantos anos de exploração, devido essa árvore ter uma madeira resistente e muito utilizada na construção civil, por esse motivo existem poucos lugares no município onde pode ser encontrada a árvore aroeira.

Figura 4:Árvore aroeira



Fonte:BARROS. Edvaldo Araújo. 2015

Em divisão territorial, onde Aroeira se separa de Umbuzeiro passando a ser um novo município, datada de 01-07-1960, o município era constituído apenas do Distrito Sede, assim, pertencendo em divisão territorial datada até 31-12-1963, porém pela Lei Estadual nº 3261, de 01-02-1965, foi criado um novo Distrito, Gado Bravo e anexado ao município de Aroeiras. Pela Lei Estadual nº 5924, de 29-04-1994, esse distrito foi desmembrado do município de Aroeiras e elevado a categoria de município (ANDRADE, 1984).

---

<sup>1</sup>Nome científico: *Myracrodruonurundeuva* Fr.

A população do município tinha como base de sobrevivência as atividades agrícolas, pecuárias e comerciais, dessas três, vale relatar que desde o início da colonização a mais praticada eram as atividades agrícolas, destacando-se em alguns momentos históricos como o círculo do algodão, do sisal, esses produtos fizeram parte da complementação da agricultura familiar, servindo como fonte de renda para os agricultores. Tendo a agricultura familiar como principal atividade que envolvia a maior parte da população, essa atividade nem sempre garante o suficiente para suprir as necessidades básicas nos períodos entre safras, e nos períodos de secas, as pessoas migram com a perspectiva de adquirir recursos, assim, o Município de Aroeiras passa a fornecer força de trabalho para outros lugares, surgindo alguns fluxos migratórios.

Destacam-se dois fluxos migratórios que se concretizaram na passagem do tempo, são eles: os cortares de cana-de-açúcar, com fluxos sazonais viajando para algumas regiões do Nordeste e os que viajam para outras regiões do Brasil, principalmente a região Centro Sul. Esses migrantes que buscavam o Centro Sul não tinham um tempo determinado de voltar, na maioria das vezes fixavam-se e permanecem por toda sua vida, esses migrantes não tinham uma atividade específica e aceitavam qualquer atividade que permitisse angariar recursos.

Vale salienta que os migrantes cortadores de cana-de-açúcar se direcionam para o Estado de Pernambuco desde o início da colonização desse município, como o município de Aroeiras tinha sua economia baseada na agricultura familiar, uma grande parte da população necessitava de um complemento para garantir suas necessidades alimentares, que encontrava no trabalho temporário do corte de cana-de-açúcar. Essa fonte de renda, desde essa época até os dias atuais ainda atrai grandes contingentes de pessoas para trabalhar, as quais são na sua grande maioria oriundas da zona rural ou das periferias da cidade.

Em contraste a agricultura familiar, reforça-se cada vez mais a agricultura globalizada interferindo diretamente no desenvolvimento dos lugares, sendo o próprio Estado um grande investidor dessa agricultura globalizada de exportação, deixando a mercê do destino os praticantes da agricultura de subsistência ou familiar. Segundo Santos e Silveira (2008, p.271),

Os produtos de uma agricultura globalizada – soja, milho, algodão, arroz - são cultivados numa área que abriga as maiores densidades de mecanização agrícola (um trator para 8,8 habitantes agrícolas, máquina de colheita para cada 54,7 habitantes agrícolas), o maior consumo de fertilizantes e defensivos agrícolas e a utilização de tecnologia de ponta, como a agricultura de precisão. [...]. Todavia o Estado participa generosamente do

financiamento necessário à criação de novos sistemas de engenharia e de novos sistemas de movimentos. E uma produção de alimentos que se da em fazendas modernas dispersas, a grandes distancias hoje facilmente franqueáveis, sob a demanda de firmas globais com sede na região concentrada, mesmo que os mecanismos de comando sejam poucos visíveis.

Assim fica fácil entender as dificuldades de quem tenta sobreviver da agricultura familiar, principalmente no Nordeste, onde já é histórico os períodos de secas e de abandono do Estado. Os embates, os conflitos e as disparidades entre os pequenos e os grandes agricultores se acirram cada vez mais. Em Aroeiras não existe a agricultura dita globalizada, é caracterizada pelos pequenos produtores, abandonados, esquecidos por parte do Estado sem acesso ao financiamento e ao amparo estatais.

O abandono do campo é um processo contínuo, impulsionado na maioria das vezes por atitudes tomadas ou deixadas de ser tomadas por parte do Estado. As políticas não são direcionadas para manter as famílias no campo, com possibilidades de desenvolver-se dignamente, é feito justamente o contrário, as políticas públicas vêm atraindo as pessoas para a as cidades, provocando uma série de problemas, entre eles a migração, o abandono do campo, o aumento das favelas, diminuição de alimentos, etc.

Posteriormente em 1994, ou mais precisamente na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com o início de algumas políticas públicas de distribuição de renda, nota-se um início de transição da população aroeirense, que passou a deixar o campo em busca de “desenvolvimento econômico” na cidade, porém, essa transição intensifica-se no período pós 2002, com o presidente Luís Inácio Lula da Silva, com a intensificação das políticas públicas e de vários programas de distribuição de renda e de desenvolvimento econômico.

Nota-se em visões superficiais, que posteriormente serão aprofundados, que a população do campo vem diminuindo gradativamente, devido a vários fatores, entre eles, podem ser atribuídos os longos períodos de secas, a falta e investimentos do Estado na agricultura familiar, entres outros. Já a população da cidade com possibilidades de crescimento econômico limitado, parte em busca de novos horizontes de desenvolvimento em outras cidades e até mesmo voltando para o campo.

Quadro 1: Evolução da população rural e urbana do município de Aroeiras

<b>Período</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>	<b>Total</b>
1970	2.572	22.534	25.106

1980	3.402	23.666	27.068
1991	5.685	23.114	28.799
2000	6.579	12.941	19.520
2010	9.531	9.551	19.082

Fonte: IBGE

A tabela representa a evolução da população aroeirense desde a década de 1970 até o ano de 2010. Fazendo-se uma leitura dos dados, fica evidente que, a partir da década de 1970 até 2010, a população rural é maior do que a população urbana. No entanto, a população urbana aumenta a partir da década de 1990, mostrando que houve um processo mais intenso do fluxo migratório do campo para a cidade, mas que a população rural ainda permanece ligeiramente superior a população urbana, devido ao modo de vida da população aroeirense. Esse crescimento da população urbana deve-se a vários fatores, dentre eles, a falta e investimento na agricultura familiar, os períodos de secas, a violência no campo e principalmente a dificuldade que essa população rural tem para acessar os serviços de saúde, educação e saneamento básico, entre outros.

Todos esses fatores influenciaram para que a população rural de Aroeiras tivesse uma diminuição tão grande nos últimos anos o século XX, e na primeira década o século XXI, devido a esse fenômeno a população urbana cresceu muito, ficando com um percentual pequeno de diferença da população rural.

## 2MIGRAÇÃO: EVOLUÇÃO E SIGNIFICADO

Entender os processos migratórios é, em primeiro lugar, os movimentos populacionais de qualquer espécie que tenha capacidade de buscar lugares melhores para sua sobrevivência, segundo Santos (1988, p.52) define lugar como sendo:

(...) um conjunto de objetos que tem autonomia e existência pelas coisas que o formam— ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos, mas que não tem autonomia e significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem.

Neste sentido, a categoria de análise ‘ Migração ’ será baseada na mobilidade dos seres Humanos e na constituição dos lugares, de origem ou de destino dos diversos fluxos migratórios. Que, desde o início da sua história, vêm passando por inúmeras mudanças nos seus modos de sobreviver, nos mais diferentes ambientes terrestres, desenvolvendo e absorvendo as mais diversas práticas culturais, para adaptar o ambiente e se adaptar ao mesmo tempo de acordo com suas necessidades.

A migração faz parte da história do Ser Humano, está ligada a sua vivência desde os primórdios de sua existência, ela foi à primeira forma de sobrevivência na terra, visto que toda a história dos seres Humanos é caracterizada pelos fenômenos da mobilidade pela sobrevivência, ou seja, viviam em constantes movimentos, principalmente na busca por comida e bebida. E para garantir sua sobrevivência, em épocas remotas, a ausência da técnica era o ‘ combustível ’ dos movimentos populacionais.

No sentido de mobilidade, Goettert (2010, p.15) define migrante como

[...] aquele que parte e aquele que chega, sendo, no movimento da migração e entre lugares, o mesmo/outro, simultaneamente. Mais que um sujeito atópico, o migrante é um ser de lugares e por isso o paradoxo: pode estar em um lugar no instante mesmo em que se sente pertencente a muitos outros, ou, contrariamente, pode “ não estar ”, quando uma profunda melancolia e “ psicose ” torna-o (ou o transtorna) um “ entre lugar ” metafísico (um “ meta espaço ”), em desençaixe aos lugares formais (a nação, a cidade, o bairro...), ou os lugares arrumados de um passado ainda apenas existente na memória (ou na “ alma ”), de quem lembra (ou de quem ainda sonha com um retorno sempre adiado).

Neste sentido, o migrante vai ter conflitos de sentimentos, de identidade e de pertencimento, vai estar em um lugar pertencendo a outro ou a outros lugares, carrega consigo espaços que estão só ao alcance de seus pensamentos e sentimentos, que um dia poderá ver ou

está presente ou nunca mais, só vai existir no mundo imaterial. Nessa mesma linha de pensamento Goettert (2010, p.15) acrescenta que é o “Migrante: um ser que está e não está ao mesmo tempo”.

Ainda segundo Goettert (2010, p.15) “Toda Migração é também mobilidade [...]. A migração implica necessariamente a mobilidade espacial de pessoas de um lugar para outro lugar [...]”. Vale acrescentar que os espaços para onde se vai constituirá um lugar, considerando o lugar como seu mais fiel significado como categoria geográfica, constituído através das relações afetivas com uma porção do espaço geográfico em um determinado período de tempo.

Nesse processo temos como significado do fenômeno de mobilidade os imigrantes, como destaca Bom Tempo e Sposito (2010, p.82), “Os imigrantes são sujeitos sociais que vendem sua força de trabalho fora do lugar de origem por isso passa por privações, principalmente por estarem longe da família, dos amigos, em fim do lugar social”. Isso em uma visão contemporânea, pois seres Humanos pré-históricos estavam em constantes movimentos de acordo com o que a natureza oferecia, principalmente: água, comida e abrigo. Em alguns casos viver em constante movimento, sempre se mudando de um lugar para outro, torna-se um modo de vida, um modo de sobreviver, alguns grupos sociais fazem desse tipo de mobilidade seu modo de sobrevivência, passando pequenas temporadas nos lugares, como por exemplo, os povos nômades e os ciganos, entre outros.

Segundo Santos (2008), cada período histórico é caracterizado por um conjunto de técnicas específicas. Nesse sentido, podemos caracterizar a migração como sendo uma técnica de sobrevivência que possibilita através a mobilidade encontrar novas áreas com mais recursos e melhores condições de sobrevivência.

A técnica e a base do desenvolvimento do ser humano, Santos (2008p.63) diz que: “as técnicas oferecem respostas a vontade de evolução dos homens e, definidas pelas possibilidades que criam, são marca de cada período da historia”impulsionaram os movimentos das pessoas, ou a ausência deles. Nessa perspectiva, devemos demonstrar o segundo passo da evolução da técnica, que se desenvolvia a passos lentos. Neste segundo momento o ser Humano diminui sua mobilidade e passa a adaptar a natureza a seus desejos, através das técnicas de domesticação dos animais, plantas e o cultivo da terra, tornam-se sedentários.

Neste momento, acontece uma mudança nos objetivos das migrações, passam a ter novas configurações, os movimentos vão ocorrer por conflitos entre diferentes grupos sociais, e alguns continuam até hoje, por exemplo, a fuga por conflitos, desastres naturais e a busca por alimentos. Vale salientar que os conflitos entre diferentes grupos sociais vêm se aprofundando ao longo da história dos seres Humanos, não só de conflitos armados, mas de incontáveis outros motivos, como conflitos étnicos, econômicos, ideológicos, etc. Na maioria deles começa no discurso e termina em conflitos armados ou mais, um grupo repressor destruindo o outro ou os outros, por exemplo, o nazismo obrigou milhares de pessoas a saírem de seus países de origem para não serem mortos, entre outros.

Ao analisar os períodos históricos dos seres humanos, são incontáveis os motivos que influenciaram os fluxos migratórios, e em cada período histórico há uma configuração migratória diferente de acordo com o desenvolvimento de cada grupo social.

Na intensificação das técnicas, baseado nas leituras de Santos (2008), as técnicas têm movido populações considerando o mundo do trabalho da ciência e do capital, nos mais diversos momentos históricos, por exemplo: Primeira, Segunda e Terceira Revolução industrial. Podem ser visto como a evolução da técnica, ou o caminho que está impregnado de influência na mobilidade humana, por todo o planeta.

Segundo Santos e Silveira (2008), "Quando nos referimos à historicização e à geografização da técnica, estamos cuidando de entender o seu uso pelo homem, sua qualidade de intermediário da ação, isto é, sua relativização". Assim, cada momento histórico citado anteriormente representa uma evolução nas técnicas, conseqüentemente no modo de vida das pessoas e na diminuição de espaços devido à velocidade dos meios e transportes, de pessoas, mercadorias e informações e principalmente no surgimento de novas técnicas. Logo, a técnica pode ser comprada ou adquirida através de estudos, entre outros. Nessa visão a técnica é limitante e excludente para aqueles que não dominam ou não têm acesso.

Assim, os trabalhadores rurais migrantes cortadores de cana fazem uso de técnicas rudimentares para exercer suas atividades, e sua identidade está constituída pelas atividades exercidas no seu modo de vida de trabalhador rural migrante cortador de cana (boias-frias).

## 2.1 PERFIL DO TRABALHADOR RURAL MIGRANTE (BÓIA FRIA)



No Brasil existem atualmente milhares de trabalhadores rurais migrando entre os lugares, em busca de trabalho. Neste meio, entre tantos migrantes, situa-se os boias-frias, trabalhadores rurais que desenvolvem suas atividades nas safras, dentre estas a safra da cana de açúcar, assim seu trabalho nos canaviais limita-se ao período da colheita, sendo assim, o trabalho ocorre em um período do ano, configurando-os como trabalhadores sazonais ou temporários.

Esse grupo social abordado, denominado de boias-frias, constituído de pessoas cuja mão de obra obedece a um regime de submissão e de servidão para empregadores que se preocupam exclusivamente com a força de trabalho barata, e buscam pessoas que se submetem as más condições trabalho sem questionar.

Os motivos para esses movimentos são inúmeros, entre tantos, destacam-se a falta de empregos, falta de investimentos na agricultura familiar e as políticas públicas são insuficientes que inviabilizam as permanências desses trabalhadores nesses lugares e origem, ou as que essa população tem acesso não é suficiente para suprir suas necessidades básicas. Entre todos os problemas que definem esses fluxos migratórios dos boias-frias é importante citar a má distribuição de terras e todas as questões socioeconômicas advindas da mesma. Segundo Peek (1978 apud BECKER, 1997, p.333-334):

Aqui a emigração rural é considerada como o resultado da proletarização do trabalho [...]. No latifúndio, é a conversão do trabalho servil em trabalho assalariado, enquanto no minifúndio a proletarização é o processo pelo qual camponeses crescentemente precisam vender seu trabalho ao grande proprietário. Deste modo, a emigração rural é explicada pela análise das causas da proletarização nas várias formas de produção não capitalista.

O grupo de trabalhadores em estudo situa-se no município de Aroeiras e viajam sazonalmente para as áreas produtoras de cana em Pernambuco, em busca de trabalho espalhando-se por vários Municípios da zona canavieira de Pernambuco, como: Ipojuca, Vitória de Santo Antão, Vicência, Lagoa de Itaenga, Igarassu, Escada, Palmares Ribeirão, entre outros. Os trabalhadores são pessoas de diferentes lugares e idades, no entanto, pertence à mesma classe social. Segundo Singer (1976), “apud Becker”, (1997, p.343):

Se a unidade migratória deixa de ser o indivíduo para ser o grupo, também deixa de ter sentido investigar-se a migração como um movimento de indivíduos num dado período entre dois pontos, convencionalmente considerados como origem e destino. Quando uma classe social se põe em movimento, ela cria um fluxo migratório que pode ser de longa duração e que descreve um trajeto que pode englobar vários pontos de origem e de destino.

Ao longo de alguns séculos as técnicas no corte de cana não sofreram grandes mudanças, permanecem com características semelhantes as que existiam no período colonial, a classe social é a mesma, formada por pessoas pobres, e na grande maioria negra e com um alto índice de analfabetos ou semianalfabetos. Mesmo acontecendo grandes mudanças nas estruturas e nas leis das usinas o corte da cana continua fazendo o uso da foice e do facão para cortar a cana, a mudança dessa população foi de trabalho servil para o trabalho assalariado. Segundo Gaudemar (1977 apud BEKCER, 1997, p.335):

A mobilidade da força de trabalho é, assim, uma característica do trabalhador submetido ao capital e, por essa razão, do modo de produção capitalista[...] A força de trabalho deve ser, portanto, móvel, isto é, capaz de manter os locais preparados pelo capital quer tenha sido escolhidos ou impostos; móvel quer dizer apto para as deslocamentos e modificações do seu emprego.

As vagas oferecidas no corte da cana de açúcar nas usinas são ocupadas por qualquer um que esteja com saúde e aceite as condições de exploração de trabalho, geralmente são pessoas sem qualificações profissionais e têm como fonte de renda o trabalho nos canaviais, logo, quando as usinas necessitam de força de trabalho vão buscar onde ela está disponível. Segundo Moraes (2001, p.610), “[...], grande parte dos trabalhadores da lavoura canavieira tem poucos anos de estudo, [...]”. Essa é uma das principais características dos trabalhadores cortadores de cana.

O lugar de origem desses migrantes é originalmente a zona rural ou as áreas periféricas das cidades, geralmente são os lugares mais pobres, onde não existem fontes de empregos suficientes para absorvê-los. Explicitamente, a maior dificuldade dessas pessoas é a falta de qualificação profissional, o Estado oferta vagas nas escolas, mais a maior parte desses trabalhadores trabalham desde de criança em várias atividades para sobreviver, assim, a falta de tempo para estudar leva a essa ausência de qualificação profissional. No entanto, isso é uma necessidade ou uma condição criada pelo capital. Segundo Becker (1997, p.334), “Assim, o processo de desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo que ampliava a demanda de trabalho, criava a oferta de trabalho que necessitava”.

É importante salientar que esses trabalhadores em sua grande maioria são de lugares distantes das áreas produtoras de cana, ou seja, de outras cidades, de outros Municípios ou de outros Estados. E as usinas disponibilizam transporte para buscar os trabalhadores em seus municípios de origem, como as áreas que fornecem a mão de obra têm essa atividade como tradição, próximos as safras, as usinas mandam os contratantes nessas áreas cadastrar os

trabalhadores que estão disponíveis e que aceitam as condições de trabalho oferecidas pelas Usinas e repassadas aos trabalhadores pelo contratante.

As usinas, safra após safra, divulgam seus resultados em grande parte com altos lucros, no entanto, os trabalhadores são invisíveis nas divulgações desses lucros ou para as camadas dominantes da sociedade. Segundo o Jornal Folha de São Paulo do dia 24-08-2008, mostrou que, “Assim como os escravos sumiram de certa historiografia os cortadores são uma espécie invisível nas publicações do setor. Exibem-se usinas high-tech, com altas tecnologias, porém, o Brasil, ainda e um país muito desigual, com grandes disparidades sociais e muitas pessoas sendo exploradas, vendendo sua força de trabalho por valores irrisórios, que na sua grande maioria não conhecem seus direitos. Acrescenta Andrade (1997, p.27):

O Brasil é um país de grandes dimensões territoriais e com grande população; tem as regiões definidas e caracterizadas e uma grande riqueza potencial, mas, com tudo isso, é um país muito desigual, muito injusto, onde as desigualdades regionais e sociais são bem estruturadas e até institucionalizadas; [...], em suma e um País socialmente injusto.

Devido a essas dificuldades de sobrevivência os mais pobres, ou as classes sociais menos favorecidas pelo Estado através de seus gestores, é que fluxos históricos de migração, como é o caso dos boias-frias, permanecem e se perpetuam ao longo dos séculos, na grande maioria essa migração é forçada pelas adversidades dos lugares em que essas pessoas moram. Tendo o corte de cana como a única perspectiva de renda, sendo obrigados a viajarem em busca de trabalho.

Depois de deixar suas casas, famílias e amigos para trás, os imigrantes ao chegar aos locais de trabalho são ignorados ou não são bem vistos pelas comunidades locais. A vida deles situa-se na superação das adversidades oriundas do trabalho, das viagens e da saudade dos seus entes queridos deixados para trás. Porém, essas relações vão os transformando, como evidencia Melchior(2010, p.237),

No entanto, o migrante, ao partir, já não é mais o mesmo, assim, como o espaço por ele deixado também se modifica. Porém, para ele, distante de sua terra natal, é necessário lembrar do seu espaço tal qual ele deixou, um espaço carregado de sentimento e de afetividade. Sendo assim, enaltece tanto seu País - sua cidade-que estes se tornaram lugares idealizados, [...].

A saudade se traduz nos lugares constituídos ao longo de suas vidas, principalmente do seu lugar de origem. Eles passam a carregar muitos sentimentos que os faz lembrar de seus vínculos com seus lugares de origem, ao sair de casa tudo passa a ser provisório, como

demonstra Goettert (2010, p.17), “Os tempos e os lugares são provisórios, os amigos, o trabalho, a casa”. Essa provisoriedade faz parte da vida dos migrantes de maneira geral.

O migrante rural do trabalho canavieiro sofre muito mais do que outros grupos sociais que migram em busca de trabalho devido principalmente as condições e trabalho no corte da cana. Esses trabalhadores têm o corte de cana como fonte de renda primária, ou seja, em grande parte do ano é a única fonte de renda, tornando-se uma condição de sobrevivência em suas vidas, obrigando o migrante a constituir todos os anos novos lugares, novas amizades, de maneira geral, passam a constituir novas relações sociais.

O migrante torna-se um ser de lugares, para Goettert (2010, p.16) “Os migrantes falam. Interpretam. As ‘almas’ dos lugares. Sim, porque já não vivem mais apenas um lugar, suas próprias ‘almas’ perambulam ‘grudadas’ em seus corpos como ‘materialidades’, práticas e representações”. No sentido mais fiel da palavra lugar, tem-se uma constituição de um ser de lugares, de vários espaços e de várias relações sociais.

A identidade dos migrantes boias-frias é atrelada a vários lugares diferentes e criada nas relações como os mesmos. No entanto, essa identidade está ligada primordialmente ao seu lugar de origem, ou seja, o lugar onde está sua família, seus amigos e sua casa, entre outros. Os outros lugares vão sendo vivenciados a partir do trabalho nas usinas. Com este entendimento,

[...] a identidade em seu sentido territorializador não constitui simplesmente um transplante da identidade de origem, mas um híbrida, onde a principal interferência pode ser aquela da leitura que o outro faz do indivíduo migrante (MELCHIOR, 2010, p.237).

Em uma visão coerente da vida dos boias-frias migrantes, afirma Goettert (2010, p.17) que:

Mas, por vezes, principalmente entre os primeiros, perambulam metáfora de “meu lugar”, de “meu País”, de “meus amigos”, de “minha família”, do “cheiro da comida feita por mãe”, de “minha casa”. [...] Um ser “instável”, “fora do lugar”, ainda tem a casa como um corpo de imagens que dão ao Homem razões ou inclusões de estabilidade.

Essa afirmação conforme evidencia o autor, a vida do migrante, esta é uma vida instável, tendo a sua casa como referência de paz e alegria. Essa instabilidade os transforma em um ser de lugares que tem a esperança viva de voltar para casa, tendo esse lugar como

alusão na constituição de sua identidade. Neste caso, a sua casa representa uma série de relações com o meio e com as pessoas que vivem perto desse espaço.

Devido a condição de instabilidade, e por viver ou constituir-se um ser de lugares, os boias-frias, é como já visto anteriormente um ser de lugares. No entanto, entre esses lugares, destacam-se o lugar de origem, a sua casa com sua família e amigos, e o local de trabalho com toda complexidade das relações desenvolvidas ao longo de cada safra, assim, esses dois recortes espaciais são a base de sobrevivência do migrante boia-fria.

Nesta perspectiva, destacam-se três atividades principais, como fontes de renda dos trabalhadores rurais de Aroeiras, o corte de cana é a primeira, e na maioria das vezes é a mais rendável, essa é a atividade profissional em que se assina a carteira de trabalho; a agricultura familiar e o trabalho de diarista, essas duas últimas atividades são praticadas no intervalo da primeira, ou seja, no período entre safras de cana.

Vale salientar que, classificando as atividades abordadas anteriormente pelo seu grau de complexidade e de importância na vida dos migrantes Boias-frias, em primeiro lugar situa-se o corte da cana, da qual Becker(1997) fala com muita propriedade,

Multiplicaram-se as migrações de assalariados rurais temporários (volantes, bóias-frias) especialmente para as colheitas da cana e da laranja, expressão do subemprego sazonal e das relações de trabalho informal gerados pela modernização capitalista no campo, (BECKER, 1997, p.321).

O corte de cana é a atividade mais importante nas vidas dos migrantes boias-frias, no qual cada trabalhador vende sua força de trabalho por certo período do ano, quando acaba a safra o trabalhador é dispensado pela Usina, ele volta para casa, para seu lugar de origem.

Esse trabalhador passa a safra tentando economizar para ter amparo no período de entre safra. No entanto, a sua volta para o município Aroeiras acontece no período chuvoso, denominado normalmente período de inverno, propício à prática da agricultura familiar, nesta atividade o trabalhador passa a ser autônomo, trabalhando por conta própria, e suas atividades passam a se concentrar no roçado, lugar destinado e preparado para o cultivo de vários produtos de forma consociada, ou seja, são cultivados milho, fava, feijão, abobara, entre outros.

A terceira atividade, sem deixar de ser menos importante que as mostradas anteriormente, é o trabalho como diarista, essa atividade vem a ser a segunda atividade remunerada, ou seja, o trabalhador vende sua força de trabalho, geralmente para seus

vizinhos, limitando-se a um dia ou dois por semana, neste caso não existe nenhum vínculo de contrato assinado, o acordo entre “patrão” e “empregado” é discutido verbalmente, o vínculo limita-se ao dia trabalhado, a grande maioria recebe seu pagamento no fim do dia trabalhado.

Na atividade de diarista, a diária é consociada com o trabalho na agricultura, a diária serve como complemento a sua renda, trabalha alguns dias para outras pessoas, como dito anteriormente, e os outros dias da semana trabalha em suas lavouras. A atividade de diarista rural está à margem das leis, pois nesses acordos firmados verbalmente, na compra e venda da mão de obra não existe nenhum vínculo que possa ser demonstrado diante das leis, são acordos firmados entre amigos, conhecidos, entre outros.

## 2.2 O TRABALHO NO ROÇADO

O roçado é o espaço onde os pequenos agricultores praticam a agricultura de subsistência. Essa atividade é desenvolvida por pessoas que praticam diversas outras atividades, no entanto, aqui irá destacar-se a agricultura praticada pelos migrantes Boias-frias de Aroeiras no período entre safras da cana, eles estão em casa, juntos de suas famílias, e a agricultura passa a fazer parte do seu cotidiano na busca rotineira de garantir o mínimo necessário à sua sobrevivência.

Algumas dessas pessoas têm pequenas propriedades, denominadas de sítios, e outras moram de favor em propriedades que não as pertencem ou em periferias, no entanto, em Aroeiras, a grande maioria dos boias-frias e seus familiares trabalham no roçado, preservando essa tradição desde o período colonial, assim, perpetuam-se fortes vínculos com meio rural e com o urbano, devido principalmente a necessidade de ir à cidade fazer a feira todos os sábados, para a aquisição de produtos que eles não produzem no campo.

Segundo Andrade (2005, p.168),

Também o pequeno proprietário se preocupa com o auto-abastecimento, procurando nas exíguas áreas que dispõem plantar algumas “covas de roça” – macaxeira (aipim) e mandioca – um pouco de milho, sempre associado ao feijão e a fava, e criar alguns animais. Estes representados por uma vaca de leite ou um garrote, criados presos “na corda”.

Assim, caracteriza parte das atividades desenvolvidas pelos boias-frias no seu lugar de origem, com algumas mudanças, como o plantio da roça que já teve um papel de destaque no

município de Aroeiras, estando ligada diretamente a colonização do seu espaço, e apresentando grande produção, inclusive com inúmeras casas de farinha, atividade essa que atualmente está quase extinta, com uma produção insignificante. Porém, o cultivo do milho, da fava, do feijão, do cará e do jerimum se mantém até os dias atuais.

O trabalho no roçado reúne toda família no desenvolvimento da agricultura, produzindo diversos produtos, como já mostrado anteriormente, o milho, a fava, o cará, o feijão e jerimum são os produtos que mais se cultivam. Esses produtos são produzidos associados em pequenos espaços, produção é pequena, e destinada prioritariamente ao abastecimento familiar.

Para aqueles que não têm terra, procuram trabalhar nas terras de outros, geralmente nas terras daquelas pessoas que têm uma pequena propriedade e geralmente são criadores de gado, destinam parte de suas terras para aquelas que desejam trabalhar na agricultura, mas não tem terra. Assim, cada interessado entra em acordo com o dono da terra e desenvolve seu roçado em parceria.

A relação entre o proprietário e o trabalhador sem terra baseia-se em acordos de cooperação e amizade, o proprietário cede a terra para os agricultores e os agricultores deixam na terra todos os resíduos da produção, que vai servir de alimento para o gado do proprietário da terra. Geralmente fica a palha do milho, os restos dos pés de feijão, fava, entre outros. Imediatamente, após o término da colheita do roçado o proprietário da terra solta o rebanho dentro do roçado para se alimentar de todo resto deixado pelos agricultores.

A relação entre proprietário e o pequeno agricultor geralmente se repete anualmente fortalecendo os vínculos de amizade. Segundo Andrade (2005, p. 171 e 172)

O fazendeiro geralmente divide a propriedade em cercados, uns destinados a permanência do gado durante a estação chuvosa, sendo outros reservados para a estação seca: durante grande parte do ano são divididos em pequenos lotes e arrendados a agricultores que recebem as terras em março com obrigação de devolve-las em dezembro e janeiro.

Geralmente esse acordo dura o período chuvoso, em Aroeiras ocorre com muita frequência essa relação entre os proprietários de terra e os pequenos agricultores sem terra, é, também, desenvolvem-se outras relações entre proprietários de terras que não criam animais e arrendam suas terras para outras pessoas que tem criações em determinados períodos do ano. O vínculo começa um pouco antes do período chuvoso, em que se prepara o roçado. No início do período chuvoso é feito o plantio e se tudo ocorrer bem, a colheita é feita no término

do período chuvoso, neste momento, com o fim da colheita o roçado é devolvido ao proprietário da terra.

O trabalho no roçado faz parte da vida do trabalhador rural migrante, e tem uma enorme importância, pois os gêneros que eles lucram no roçado deixam de ser comprado nas feiras e conseqüentemente economizam o dinheiro que ganham no corte da cana. O trabalho no roçado faz parte da constituição do lugar de origem, o preparo do terreno geralmente começa antes do período chuvoso e antes também da volta definitiva do migrante para casa, a família começa o preparo e continua com a chegada do trabalhador da zona canavieira, o mesmo passa a reforçar as atividades na agricultura familiar.

O desenvolvimento do roçado é feito com técnicas rudimentares, devido principalmente ao atraso técnico e econômico, esses agricultores não tem acesso a máquinas e ferramentas modernas, tudo permanece quase que imutável desde período colonial até os dias atuais, claro, na realidade do meio rural aroeirense.

O roçado é preparado com ferramentas, como a foice e o machado, para o corte da vegetação, pois os espaços que os fazendeiros cedem para os agricultores trabalharem geralmente estão com a formação de capoeira e não se desenvolve mais pastagens para o gado, o roçado vai servir para a renovação das pastagens para o gado. Após a derrubada da vegetação passa por um período de pousseio até que essa vegetação seque, em seqüência é feita a queimada para limpar o terreno, os restos de vegetação que ficam, são feitos coivaras e queimados novamente, esse processo se repete até que o terreno esteja totalmente limpo.

Para os agricultores a queima da vegetação deixa a terra mais fértil, mas na verdade esse processo faz justamente o contrário, a queima deixa o solo infértil, pois ela queima os nutrientes e toda matéria orgânica morta que serviria como adubo para as futuras plantações.

Na lavoura, mantém-se uso de ferramentas e técnicas rudimentares e tradicionais, como uso da enxada para a retirada das ervas daninhas da lavoura, o plantio é feito sem nenhuma consideração das curvas de níveis do solo.

É importante ressaltar que mesmo tendo alguns malefícios para o meio ambiente a prática da agricultura familiar tem grandes benefícios tanto para o meio ambiente como para a preservação de espécies de plantas de culturas. O cultivo de múltiplas culturas consociadas traz benefícios para o meio e enriquece a alimentação das pessoas com variedades de produtos.



A grande maioria das espécies de plantas cultivadas pelos pequenos agricultores familiares é desprezada pelos grandes agricultores que praticam a agricultura extensiva. O pequeno agricultor é responsável por manter vivas algumas práticas culturais importantíssimas para sua sobrevivência, de maneira geral o próprio roçado está ligado a sua origem e identidade. Dentre essas plantas está o banco de sementes formados de pequenos recipientes que os trabalhadores armazenam as sementes para plantar nos próximos períodos chuvosos, mostrado na Foto 5

Figura 5: Banco de sementes



Fonte: BARROS. Edvaldo Araújo. 2015.

O roçado faz parte das raízes culturais dos boias-frias, que aprendem desde criança as técnicas de cultivo da terra e manuseio das plantas, e repassam essa tradição de geração em geração. A agricultura familiar está ligada diretamente a hierarquia familiar e ao aprofundamento das relações com as origens e com o lugar, em um embasamento de relações que vão se perpetuando na busca pela sobrevivência. Atualmente existe o abandono dessa prática e os que

continuam têm grandes dificuldades, devido a vários fatores principalmente os climáticos. A prática mantém viva tradições e preserva o cultivo consociado de plantas, como mostra a Foto 6.

Figura 6 -Roçado de um trabalhador rural migrante cortador de cana-de-açúcar



Fonte:BARROS.Edvaldo Araújo. 2015

O roçado é o meio mais forte que liga o pequeno agricultor à terra, é uma atividade que nem sempre tem retorno econômico, é, geralmente está longe de ser o suficiente para manter sua sobrevivência. Os períodos de seca são dos piores problemas enfrentados por eles, muitas vezes não colhem nada que plantam. Por isso, o migrante boia-fria é um ser de múltiplas atividades,

devido todas serem de pouco retorno econômico. E uma só não é suficiente para sua sobrevivência, obrigando-o a buscar outros meios de sobreviver, desenvolvendo outras técnicas e constituindo buscas por novas áreas para trabalhar.

### 2.30 TRABALHO DE DIARISTA

O trabalho de diarista ou, como se denomina no meio rural, trabalho “alugado” é uma atividade desempenhada por diferentes grupos sociais, principalmente, por aquelas pessoas de baixa renda que necessitam de um complemento para sua sobrevivência ou reprodução Social. Geralmente são pessoas que desempenham várias atividades, e que nenhuma delas, sozinha é suficiente para garantir sua sobrevivência. São atividades complementares, em que a união de todas essas atividades faz parte da vida e permite que elas tenham o mínimo necessário de sua sobrevivência.

No meio rural de Aroeiras, no período de “inverno”, há uma carência de força e trabalho, devido a alguns fatores, entre eles destacam-se a baixa remuneração, trabalhos desgastantes e principalmente a falta de condições dos pequenos proprietários de assinara a carteira de trabalho, desrespeitando assim, os direitos trabalhistas que as leis asseguram. Nesse sentido, é preferível obter força de trabalho de pessoas que aceitem trabalhar poucos dias por semana e sem vínculos contratuais.

No Município de Aroeiras as fontes de emprego no campo limitam-se a poucas atividades, como o trabalho na agricultura e na pecuária, nas pequenas e médias propriedades, que, na sua grande maioria, são mantidas por uma estrutura familiar. No período de inverno geralmente essas pessoas desenvolvem a agricultura, assim, a força de trabalho disponível na família não é mais suficiente para suprir as necessidades. Logo, essas pessoas passam a buscar o trabalho de diarista que geralmente é fornecido por pessoas próximas de suas propriedades e com vínculos de amizades.

Os serviços disponibilizados no campo, no período de inverno (chuvoso), são atividades que não precisam de qualificação profissional, até porque, as pessoas que se disponibilizam para o desempenho dessas atividades, na sua grande maioria, são pessoas oriundas do meio rural. Logo, desde criança eles convivem com todas as práticas e técnicas

que envolvem a vida no campo, aprendem desde cedo a manusear a terra e trabalhar com a criação de animais, entre outros trabalhos.

Quase que em sua totalidade, os migrantes cortadores de cana de Aroeiras desempenham a atividade de diarista no período entre safra da cana, essa atividade serve de complemento orçamentário para abastecimento das famílias neste período em que eles não dispõem de nenhuma fonte de renda fixa.

Nem todos os trabalhadores diaristas moram no campo, no entanto, todos têm contato com o meio rural através do roçado. Por ser o trabalho de diarista desenvolvido perto de onde moram e através de amizades, os trabalhadores que moram nas periferias também desenvolvem essa atividade de diarista, geralmente essa atividade na cidade recebe a denominação de “bico”, e nos dias que não estão nessas atividades vão trabalhar no roçado, em áreas próximas à cidade para facilitar sua locomoção entre o campo e a cidade.

Os que moram no campo, dividem-se em duas partes, os que moram de favor em propriedades de outros e os que moram em pequenas propriedades próprias denominadas de sítios, ambos têm modos de vida quase idênticos, os que vivem de favor trabalham de diarista geralmente para o dono da propriedade em que moram e desenvolvem seu roçado na mesma propriedade. Já os que moram em seus pequenos pedaços de terra, trabalham de diarista para seus vizinhos e o que produz na sua terra, não é suficiente para sua sobrevivência, logo os mesmos se sujeitam às mesmas atividades daqueles que moram de favor, basicamente, a diferença de um para o outro é que os que têm sua terra mantêm um vínculo mais forte com o lugar, e os outros, se mudam com mais frequência quando encontram outros lugares que ofereçam alguma vantagem.

Esse perfil de trabalhador alugado é descrito por Andrade, que afirma:

Há verdadeira promiscuidade vegetal no uso da terra, desde que o proprietário, dispendo de pequena área, procura aproveitá-la ao máximo, embora o rendimento seja insuficiente. Não conhecendo os processos técnicos de conservação do solo e não dispendo de dinheiro para adquirir adubos, têm eles uma produção mínima, sendo a renda auferida insuficiente para a manutenção da família. O sitiante complementa seu orçamento trabalhando “alugado”, como camarada, diriam no sul do País, para os grandes e médios proprietários vizinhos, ou emigra no estio para área açucareira afim de trabalhar nas usinas em moagem, deixando a mulher a guarda e administração de sua gleba (ANDRADE, 2005, p.168)

Nesta perspectiva, fica evidenciado o modo de vida dos pequenos proprietários de terra, denominado por Andrade (2005) de “sitiante”, essas pessoas são inclusas de maneira

geral no modo de vida dos cortadores de cana, desempenhando as mesmas atividades, em busca de garantir o mínimo necessário para sua sobrevivência.

Em seguida, eles são denominados de migrantes sazonais cortadores de cana boias-frias em várias partes do Brasil a exemplo de Aroeiras, nesta perspectiva sintetiza Andrade (2005, p.168):“Engajam-se assim, no grande exército formado pelos trabalhadores sem terra que, a partir de setembro, migram para a região da Mata, voltando a gleba em Março, com as primeiras chuvas”.

O trabalho de diarista serve basicamente de complemento orçamentário familiar, geralmente as relações de trabalho acontecem entre pessoas que mantêm laços de amizades e familiares existindo entre empregador e empregado uma relação bem mais profunda que simplesmente a relação entre patrão e empregado, essa relação torna-se um círculo repetitivo sazonalmente.

Essa atividade não se limita somente na zona rural e Aroeiras, pois aqueles cortadores de cana que moram na periferia da cidade desempenha essa atividade de diarista na zona urbana, trabalhando nas pequenas construções de amigos, por exemplo. Na cidade o trabalho de diarista recebe outra denominação, passa a ser chamado de “bico”, logo, sinônimo de diarista.

Os trabalhadores sazonais do corte de cana buscam desenvolver outras atividades remuneradas por um único motivo, o dinheiro ganhado e economizado na safra de cana não é suficiente para eles e suas famílias se manterem sem carências no período entre safras. Assim, logo eles se veem obrigados a buscarem outras fontes de renda para complementar o auto abastecimento neste período entre safras.

O trabalho de diarista tem baixa remuneração, geralmente a labuta de um dia de trabalho equivale a um período das 07h00min horas às 16h30min ou 17h00min horas, de um a três dias por semana, o resto da semana trabalham nas suas atividades particulares, como o roçado, mostrado anteriormente. Atualmente recebem de 35 a 40 reais por cada dia trabalhado, as horas de trabalho e o salário recebido podem variar, depende do acordo combinado entre o empregado e o empregador. Esse trabalhador não dispõe de nenhum direito trabalhista que as leis asseguram, vivem às margens das leis, não existem fiscalizações por parte do ministério público, e ao despenhar essa atividade eles se tornam invisíveis diante das leis.

As vidas dessas pessoas são muito atribuladas e movimentadas, uma vez que vivendo dentro de um círculo repetitivo, sem perspectivas de romper com o mesmo, as pessoas desse grupo social desempenham atividades muito desgastantes e que tomam todo seu tempo, não existindo possibilidade de buscarem uma qualificação técnica que os possibilitem e os qualifiquem para uma ascensão socioeconômica.

Existem deficiências por parte das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado na educação desses trabalhadores. O Estado é deficiente na distribuição de terras, no financiamento para os pequenos proprietários, entre outros. Segundo Andrade (2005, p. 170), “O nível de vida poderá ser elevado quando os pequenos proprietários, arrendatários e parceiros receberem assistência técnica mais eficiente, educação que os leve a utilizar os recursos que o meio os lhes oferece, [...]”

As relações trabalhistas e de investimentos por parte do Estado ao longo da história vêm limitando ou deixando de fora as políticas de desenvolvimento dos pequenos proprietários e dos sem terras. Os grandes investimentos são direcionados aos latifundiários que desenvolvem suas lavouras em grandes áreas e com altas produções, que representam uma parcela de destaque no PIB (Produto Interno Bruto), esses recebem assistência permanente.

Os pequenos proprietários e os sem terra são quase invisíveis, ou até mesmo discriminados por grande parcela da sociedade. Uma situação que se perpetua na história como meio de exploração por quem detém os meios de produção, ou seja, a terra. Assim, evidencia Andrade (2005, p. 171),

Também os arrendatários e meeiros, sem contratos escritos, ficavam na dependência dos proprietários das terras em que trabalhavam, e que muitas vezes exigiam que lhes vendessem a produção. Acreditamos ser necessário uma política cooperativista que congregue maior número de pequenos agricultores, para complementar a ação de entidades oficiais e efetivar as medidas de proteção ao pequeno agricultor.

Nessa perspectiva, o autor mostra um problema que se arrasta até hoje, a exploração dos proprietários de terra sob aqueles que não têm a propriedade, mas que trabalham nela, passando a se dispor aos desejos dos proprietários terras em Aroeiras, com relações de meeiros e com menos frequências de arrendatários. Além disso, a solução nunca é posta em prática por parte do Estado, há um grande descaso.

O trabalhador diarista cortador de cana por ser agricultor, e na grande maioria não dispor de terra, e as que têm não é suficiente para trabalhar e produzir o bastante para se

manter, perpetua-se nessa relação de exploração pelos que detêm a posse da terra, mesmo existindo uma relação de amizade entre os empregados e empregadores, isso não os impede de ser explorados diariamente.

No meio dessas relações, nem sempre amigáveis ou respeitadas, surge o Estado, fornecendo uma série de ferramentas e Leis que tem o objetivo de assegurar os direitos dos trabalhadores rurais, o trabalho de diarista tão significativo na região de Aroeiras- PB, está acobertado pela Constituição Federal de (1988), vigente até a atualidade.

O trabalho de diarista dentro da estrutura rural é caracterizado como:

O tipo de trabalho realizado pelo diarista rural, em todos os ramos agrícolas, caracteriza-se pelo plantio, serviços de capina, poda, colheita, de gêneros agrícolas, desbota, entre outros, seja como trabalho de ‘diarista’ ou contratado como empreitada sem vínculo empregatício. Os argumentos utilizados para enfrentarmos essa nova conceitualização e considerarmos o diarista Rural como segurado especial, e levar em conta a modernização do princípio da dignidade de pessoa humana e sua utilização pela comunidade jurídica internacional, sua recepção pela jurisprudência brasileira, e o crescimento do interesse da discussão teórico geral e, principalmente, concreta dos Direitos Humanos, (BARROS, 2012, p.544, 545).

Esse contexto clarifica o que vem a “ser” o trabalho de diarista e o acesso às Leis que os acobertam e resguardam seus direitos básicos, que eles têm acesso nos meios nacionais e internacionais. Mesmo que as leis que são direcionadas à proteção e à efetivação dos direitos desses trabalhadores não sejam respeitadas na sua plenitude, o Estado tem por obrigação fornecer uma série de mecanismos que facilitem aos trabalhadores o acesso para que possam buscar e resguardar seus direitos plenos.

Os direitos sociais são conquistas adquiridas ao longo da História, através de lutas, discussões e dos movimentos Sociais reconhecidos no Brasil e no mundo. Nessa perspectiva, Barros (2012, p. 549) analisa que

Os direitos Sociais são conquistas dos movimentos sociais ao longo dos séculos, e, atualmente, são reconhecidos no âmbito internacional em documentos como a Declaração Universal Dos Direitos do Homem, de 1948, e o Pacto Internacional Dos Direitos Econômicos, Sociais, e Culturais, de 1966, bem como pela Constituição da República de 1988, que consagrou como direitos fundamentais 6º (CF\ 1988). [...], artigo 6º (CF\ 1988) da constituição elenca como direitos Sociais o direito a educação, a saúde, ao trabalho, a moradia, ao lazer, a segurança, a previdência social, proteção a maternidade e a infância e assistência aos desamparados.

Os mecanismos e leis dispostas têm por objetivo garantir o mínimo necessário referentes aos benefícios sociais igualitários que os trabalhadores rurais têm direito, no

entanto, esses trabalhadores na sua grande maioria não tem conhecimento desses benefícios e nem das leis que os protegem, bem como dos órgãos que têm o dever de resguardar direitos e benefícios dos trabalhadores rurais, esses por sua vez, veem e aceitam suas péssimas condições de trabalho e pagamento como algo natural do seu trabalho.

Em algumas situações o Estado é omissivo no que diz respeito ao cumprimento das leis, mesmo com grandes avanços tecnológicos e sociais, ainda é possível encontrar grande número de pessoas trabalhando em regime de semiescravidão. O Estado tem o dever de cumprir os direitos fundamentais presentes na Constituição Cidadã, como afirma Barros (2012, p.549, 550),

[...] conforme o artigo 5º [...] - da Constituição da República, os direitos fundamentais têm aplicabilidade imediata. Disto, decorre que o Estado que se omitir na implementação dos direitos sociais fundamentais poderá ser condenado à obrigação de fazer, por meio do que se conhece como “Judicialização de Políticas Públicas”.

Os direitos fundamentais são aqueles presentes e assegurados na Constituição Federal de 1988, em que o Estado é submisso perante esse documento constitucional, que tem por obrigação cumprir o que está escrito, podendo ser penalizado no descumprimento dos direitos resguardados pela constituição.

Vale lembrar, que voltando num passado não tão distante em comparação na história do Brasil, a legislação trabalhista direcionada ao trabalhador Rural é recente, chegou tardiamente, vez que a princípio as leis se direcionavam ao trabalhador assalariado urbano. Nesse sentido, o trabalhador diarista estava desamparado pelas leis.

Durante séculos houve luta, conflitos e debates, no entanto, o Estatuto do Trabalhador Rural só saiu do campo das idéias e dos debates políticos entre os anos de 1943 e 1963, como destaca Dabat (2008, p.292),

Pressões diversas sobre os legisladores determinaram os percalços da aprovação desta proposta entre 1943 e 1963. Quando finalmente votado, o Estatuto do Trabalho Rural (ETR) permitiu grandes massas de empregados uma existência legal enquanto assalariado, no sentido de garantir regras as relações de trabalho e propor uma solução legal aos conflitos, em harmonia com os princípios estabelecidos pelo aparato legal varguista.

Esse fragmento deixa claro que o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) assegura os direitos dos trabalhadores assalariados e só veio a surgir por causa de forte pressão exercida pelos trabalhadores rurais. O Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), segundo Dabat (2008), só veio a reproduzir o que já era assegurado por leis, ou seja, já era assegurado pela



Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ainda segundo Dabat (2008, p.293), “[...] a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) – Decreto- lei nº 5.452, de 1º Maio de 1943 – e não (ETR) que veio apenas repetir\reforçar direitos já adquiridos, embora ‘escondidos’, ‘engavetados’, ‘encapados’, ‘encobertos’”.

Em ambos os conjuntos de leis não se falam em trabalho de diarista rural, desde dessa época as leis sofreram mudanças e avanços, a constituição de 1988, deixa claro os direitos desses trabalhadores e asseguram, de maneira clara, os deveres e direitos que eles podem desfrutar.

Existem desde o início da industrialização do campo conflitos nas relações de trabalho, sempre houve uma diferenciação do trabalhador Rural para com o trabalhador Urbano, às vezes o trabalhador Rural chega a ser discriminado, visto de maneira diferenciada. Essa conceitualização é direcionada ao pequeno trabalhador rural, desprovido de Capital e por isso, necessita desempenhar múltiplas atividades, como: trabalho no corte de cana, no roçado, trabalho de diarista, entre outros, para adquirir o mínimo necessário à sua sobrevivência.

### 3 TRABALHO NO CORTE DE CANA-DE-AÇÚCAR

O trabalho nas safras decana tornou-se fonte dos mais diversos relatos de histórias e de acontecimentos tristes, envolvendo a vida dos migrantes cortadores de cana de Aroeiras. A vida dessas pessoas está dentro de um círculo de relações no trabalho, na família e com os amigos, entre outros. Tais relações, principalmente as constituídas no trabalho do corte de cana serão expressas através dos diálogos entre autores que abordam sobre o tema e nos relatos dos próprios migrantes, que demonstram o modo de vida deles e todas as vivências e relações travadas por eles nas usinas onde vendem sua força de trabalho sazonalmente.

A coleta de dados dos cortadores de cana foi feita buscando confirmar ou negar as questões anteriormente mencionadas e abordadas. Foram feitas entrevistas de dois cortadores de cana residentes no município de Aroeiras, mais precisamente no sítio Manoelas, no sentido de servir como amostra para elucidar as vivências de um grupo bem mais volumoso integrado nas mais complexas relações de trabalho.

A constituição de novos lugares de permanência a cada safra de cana, a distância de casa<sup>2</sup> e o trabalho desgastante e mal remunerado levam o trabalhador a viver em uma instabilidade permanente dentro de um contexto com raras mudanças.

A cana-de-açúcar faz parte da vida do brasileiro de maneira direta ou indireta, de maneira geral as plantas estão vinculadas à sobrevivência humana, a vida do ser humano sempre esteve ligada às plantas e a terra, devido às relações inerentes desenvolvidas entre o ser humano e a terra. Neste emaranhado de relações desenvolvem-se inúmeros conjuntos técnicos que facilitaram a sobrevivência e a expansão humana na terra.

Se no início a domesticação das plantas permitiu a diminuição da mobilidade social pela sobrevivência, atualmente a importância dada a algumas plantas representa o contrário, ou seja, vai ser o motivo de vários fluxos migratórios em diferentes regiões do Brasil. Hoje, a cana-de-açúcar ganhou uma grande importância, devido ao seu valor econômico e ambiental, passando a ser motivo da mobilidade de grandes contingentes de pessoas para trabalhar na sua colheita.

---

<sup>2</sup>Vale lembrar que, casa neste contexto é o lugar de origem, onde está seu lar, sua família e seus amigos, que por necessidades básicas de sobrevivência são frequentemente deixados para trás.

Nesta perspectiva, algumas espécies vegetais ganharam grande destaque, como a cana-de-açúcar, laranja, soja, milho, entre outros. Nesta vertente de plantas importantes, salienta Santos (2008, p.18) que

Um dos representantes do reino das plantas que merece destaque, dado ao seu valor socioeconômico na história brasileira, é a cana-de-açúcar. Planta da família das gramíneas, da espécie *Saccharum Officinarum* L. e originária da Ásia Meridional, é bastante cultivada em Países tropicais, como o Brasil, objetivando a produção principalmente de açúcar, álcool, cachaça, energia, através da biomassa, no entanto hoje também no mercado de créditos de carbono.

Assim, percebe-se a importância que essa planta recebeu ao longo da história até os dias atuais, principalmente, por ser matéria-prima de tantos produtos diferentes, e principalmente por ser uma fonte de energia “limpa” e renovável. No entanto, o cultivo dessa planta necessita de grandes extensões de terras e grandes contingentes de pessoas para trabalhar desde, o preparo do solo até o produto final, passando pelo plantio, limpeza dos canaviais, colheita, transporte da cana, moagem, entre outros. No entanto, a maior parte da força de trabalho é empregada nas colheitas devido à mecanização em outras etapas do cultivo da cana, já mencionadas antes.

Devido a toda infraestrutura necessária para cultivar a cana, necessita-se de muita força de trabalho, que nem sempre os lugares onde as Usinas estão localizadas são capazes de fornecer. Assim, as Usinas tornam-se polos de empregos e passam a atrair força de trabalho de outras regiões do País. Dessa forma, a cana-de-açúcar e sua valorização representa o motivo da mobilidade da força de trabalho, forçando assim, a migração sazonal ou safrista.

A cana-de-açúcar é produzida em diferentes regiões do Brasil, e nos mais variados solos, em algumas localidades os solos precisam de atenção especial para que não haja o esgotamento da produção e dos recursos ofertado pelo meio ambiente. Segundo Santos (2008, p.19),

No caso do Brasil, observa-se que ela produz sob condições edáficas das mais adversas, porém em algumas regiões, com determinados tipos de solos, tem verificado uma produção em uma maior adaptação dessa cultura. Esse fator tem provocado nessas regiões o fenômeno da monocultura e do trabalho sazonal, além da ameaça de esgotamento de recursos naturais, como água e de biomas como Cerrado, contribuindo também para concentração de terras e a diminuição da agricultura familiar. Esse fenômeno pode ser observado em regiões grandes produtoras de cana-de-açúcar como São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Paraná e Goiás.

Vale lembrar que os estados de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Paraná e Goiás são os maiores produtores de cana do Brasil, e que os problemas ambientais não se limitam ao Cerrado, mas também ao bioma da Mata Atlântica, principalmente na zona da Mata paraibana, Pernambucana, Baiana, entre outros. O plantio da cana necessita de grandes áreas para a sua produção. Os usineiros expandem suas lavouras para dentro das áreas dos biomas, e obrigam os pequenos proprietários vizinhos a lhes venderem suas terras, assim há uma pressão dos Usineiros para com os pequenos proprietários e o meio ambiente.

A cana-de-açúcar está presente na história do Brasil desde a colonização até os dias atuais, tendo vários momentos de destaque e de objetivos diferentes para com sua produção, nesta vertente demonstra Santos (2008, p.24),

Historicamente, a cana-de-açúcar constitui-se num dos principais produtos agrícolas do Brasil, sendo cultivado desde a época da colonização até os dias atuais. Porém, quatro momentos da nossa história são fundamentais para o processo de fomento econômico brasileiro via cana-de-açúcar. São eles: a época das Capitanias Hereditárias e do império, no período coronelístico, e com o advento do Programa Nacional do Álcool (Pro-álcool) e na atualidade com a popularização do etanol. É pertinente salientar que dois fatores ligam fortemente esses quatro momentos, a "generosidade" dos governos nos processos de financiamento e incentivos fiscais e a exploração excessiva da mão-de-obra pelo setor.

A importância da cana-de-açúcar é algo crescente desde a colonização até os dias atuais, passando por períodos importantes de desenvolvimento e valorização, demonstrado no contexto citado. Houve quatro momentos distintos no desenvolvimento dessa cultura, cada um recebendo uma atenção especial no seu período por parte dos governos, no entanto, a cana recebe uma valorização e importância no Brasil e no Mundo na década de 70, com a criação do Programa Nacional do Álcool (Pro-álcool). Nesta época o Brasil estava sob o Governo Militar e o mundo passava por uma crise no Petróleo, criando-se uma necessidade de busca e de desenvolvimento de novas fontes de energia.

O Proálcool passou a receber incentivos fiscais, científicos e econômicos, levando o setor canavieiro a destacar-se e chegar a um patamar nunca antes alcançado no Brasil. O setor passou a absorver grandes contingentes de mão-de-obra simples e especializada, impulsionando o desenvolvimento tecnológico e da produção. A infraestrutura criada nesse período possibilitou grandes mudanças nas relações de trabalho e na expansão do setor.

A crise do petróleo foi o principal motivo para a criação do Proálcool, nesse momento o mundo buscava novas fontes de energia para substituir o petróleo, período no qual havia

uma preocupação com a poluição causada pelo combustível. O etanol veio como saída para a crise do petróleo e com a propaganda de fonte de energia limpa e renovável, propaganda reforçada nas últimas décadas pelos dois últimos governos brasileiros. No período de criação do Proálcool as políticas econômicas do governo brasileiro estavam voltadas para os produtos de exportação, como o café, soja, cana-de-açúcar, entre outros.

A implementação de tecnologias avançadas na produção de cana, em toda sua infraestrutura, impulsiona, o seu desenvolvimento cada vez mais rápido. Contudo, essas tecnologias vêm transformando as relações de trabalho, porque a mecanização da colheita da cana cada vez mais presente, é um dos fatores que afeta diretamente essas relações, principalmente dos boias-frias, migrantes cortadores de cana. Há incentivo do governo em substituir a força de trabalho manual nas colheitas pelas força de trabalho das máquinas com o intuito de diminuir os impactos ambientais causados pelas queimadas.

A queima da cana é um processo necessário para a colheita manual, o fogo queima toda a palha da cana, facilitando o seu corte e o seu transporte. Entretanto, esse processo é muito nocivo ao meio ambiente e a saúde das pessoas.

O governo passou a incentivar a colheita mecânica da cana para não prejudicar o discurso de que o etanol é uma fonte de energia limpa e ambientalmente correta. Nesse raciocínio, demonstram Menezes, et.al. (2011, p.63,64) que:

[...] as empresas canavieiras tem se engajado em duas estratégias principais e inter-relacionadas: O fim da queima da cana e do corte manual. Com o fim da queima da cana, busca-se resolver a degradação ambiental causada pelas atividades do setor, que polui não apenas o ar, também, o discurso do etanol enquanto combustível limpo.

Assim, ficam evidentes as intenções do governo em incentivar a mecanização das colheitas de cana, a busca por uma imagem ambientalmente correta do setor canavieiro no Brasil leva o governo a desenvolver políticas de incentivo ao desenvolvimento tecnológico e de marketing, trabalhando com propagandas que mascaram alguns graves problemas do setor, principalmente a assistência aos trabalhadores do corte de cana, bem como a ocupação das terras e o uso de produtos químicos altamente poluentes usados nas usinas.

Nas últimas décadas, os investimentos em propagandas acompanham o ritmo dos investimentos no setor, o Brasil atraiu a atenção do mundo para sua produção de etanol, depois de tantos esforços não é viável manchar a imagem do etanol como fonte de energia limpa, nesse sentido, o governo busca extinguir as queimadas nos canaviais e

consequentemente a colheita manual. Como afirmam Menezes, et. al. (2011, p.64), “com o fim do corte manual da cana, objetiva-se acabar ou, ao menos, amenizar a degradação do trabalhador e evitar casos extremos como doenças que inutilizam o trabalhador ou chegam a causa-lhe a morte”.

Os trabalhadores do corte de cana convivem no seu dia a dia, desde que a cana foi trazida e cultivada no Brasil, com questões como as doenças, a estagnação física e mental e até mesmo a morte precoce está presente na vivência do cortador de cana. As más condições de trabalho existem desde o início do cultivo no país até os dias atuais, mesmo com grandes avanços econômicos e mudanças sociais essas condições continuam. Fazem-se necessárias mudanças no trabalho, ou melhor, nas condições de trabalho, entretanto, essa substituição do corte de cana manual pelas máquinas tem que se levar em consideração milhares de trabalhadores que desde a pré-adolescência trabalham no corte cana, tendo como a única atividade com remuneração significativa que eles sabem fazer, como responde o entrevistado A. A. (2015): “fui pela primeira vez cortar cana com 12 anos, porque meu pai não me dava dinheiro”.

Os entrevistados são residentes do município de Aroeiras, como já mencionado antes, eles moram na zona rural do município, no sítio Manoelas, são agricultores com idades entre 30 e 40 anos, ambos praticam as mesmas atividades para sobreviver.

Uma máquina faz o trabalho de dezenas de trabalhadores, levando a diminuição da oferta de trabalho e, consequentemente, o desemprego, tornando desnecessário o trabalho manual no corte da cana. Em algumas regiões do Brasil a mecanização do corte de cana terá impactos importantes na oferta de empregos, como no Nordeste, isso provocará graves problemas, pois a maior parte da mão-de-obra do setor é fornecida pelo Nordeste que migra para todas as áreas produtoras de cana do país.

Há duas vertentes sobre a queima da palha, a primeira e que se faz necessário a queima para a colheita manual, e a segunda é que a queima da palha da cana provoca graves problemas ambientais, como demonstram Menezes, et. al. (2011, p.64):

Este processo acaba interferindo diretamente na saúde da população, pois a combustão da folha da cana-de-açúcar libera poluentes e o principal dano e o prejuízo à qualidade do ar, e, consequentemente da saúde, pela excessiva emissão de monóxido de carbono e ozônio, trazendo também, danos ao solo, às plantas naturais e cultivadas, à fauna e população.

Entretanto, a colheita manual sem as queimadas é muito difícil, como relata o entrevistado A. A. (2015): “Cortar cana crua é muito ruim, cortamos muito pouco por dia e ela corta muito, e tem muito pelo”. A queimada da cana é essencial para colheita manual, mesmo provocando danos ao ambiente.

Os problemas ambientais provocados pela produção de cana-de-açúcar são muito mais abrangentes que os anteriormente citados, podem ser demonstrados vários outros problemas, como: o uso descontrolado de agrotóxicos, de fertilizantes, o cultivo de plantas modificadas geneticamente, o principal desses é a expansão das áreas cultivadas, entre outros.

O foco das políticas ambientais do governo direciona-se às queimadas, e às ações de combate às queimadas e incentivo provocará impactos diretos nas relações de trabalho do setor. Depois de intensas lutas para adquirir direitos sociais no setor, os cortadores de cana correm o risco de se tornarem extintos.

As relações de trabalho permanecem com características do período colonial, como salienta Santos (2008, p.33),

Em relação à mão-de-obra, continua ainda hoje sendo um grande desafio. Apesar de não ser generalizada, ainda é verificada situação de exploração extrema dessa mão-de-obra pelo setor canavieiro. Percebe-se que ao longo da história do setor, a organização dos trabalhadores tem sido um instrumento com possibilidades de promover conquistas significativas, apesar de muitas vezes esse feito ter se dado com muito suor, lágrimas e até sangue. No entanto, ainda hoje situações análogas àquela dos engenhos nas colônias são denunciadas pelos meios de comunicações, pelas delegacias regionais do trabalho e por sindicatos de trabalhadores rurais.

As relações permanecem sendo de exploração da força de trabalho, principalmente na região Nordeste, devido a vários fatores, entre eles: força de trabalho em abundância, ausência da mecanização mesmo com pressão do governo, ausência de fiscalização do Ministério Público, como também as pessoas questionarem menos as condições de trabalho, entre outros. Dentro dos engenhos permanecem algumas características do coronelismo, principalmente nos regimentos internos dos engenhos, estipulados pelos senhores de engenho posto em prática pelos administradores e respeitados pelos trabalhadores.

É evidente as práticas de controle do trabalho e dos trabalhadores no interior dos usinas, com base nessas práticas Menezes (1998, p.4) esclarece que

A vida cotidiana dos trabalhadores é disciplinada e vigiada pela estrutura hierárquica da usina tanto no local de trabalho quanto no tempo ‘livre’ no alojamento. Este tipo de ‘dominação total’ de trabalhadores migrantes tem

sido moldada pela organização do espaço do ‘complexo do alojamento’, cristalizada a ideologia do controle e disciplinamento da força-de-trabalho.

Assim, ao adentrar nas usinas os trabalhadores estão condicionados a uma vigilância contínua dentro do seu espaço de ação, tem sempre alguém observando os trabalhadores, até mesmo no local de descanso, toda a infraestrutura criada nas usinas é planejada para facilitar a vigilância e o controle dos trabalhadores. Assim demonstra A. A. (2015), “Existe um monte de gente que manda em nós, [...], feitor, [...],Cabo, [...], e o administrador”. Todos os trabalhadores estão sobre vigilância permanente.

As relações travadas no interior das usinas entre os que têm o poder de mandar e os que obedecem são diferenciadas, entretanto, as estruturas físicas e sociais são semelhantes, com personagens encarregados de manter o funcionamento ‘saudável’ das usinas semelhantes em todas, como o encarregado, o administrador e o cabo, são funções que existem em todas as usinas, necessariamente o que varia são as relações entre esses personagens e os trabalhadores. Como relata A. A (2015),

[...], o feitor vigia o corte de cana e mantém a ordem, já o administrador é responsável pela administração da usina, é quem manda em todos, e tem o cabo, ele e responsável pela contabilidade é quem relata tudo ao administrador, e tem o empreiteiro quem tem contato com todos na usina.

Mesmo o alojamento sendo teoricamente um lugar de acomodação e de descanso dos trabalhadores, é também o lugar onde se aprofunda as mais diversas relações e organização dos trabalhadores, mas também é um lugar de controle dos trabalhadores pelos administradores das usinas. Durante um período de 6 a 8 meses, os trabalhadores são submissos a um sistema de controle ‘ditatorial’ das usinas. Sobre o barracão onde ficam nas usinas A. A (2015) afirma que:

Ficamos no barracão, em cada usina é diferente, na última que fui ficavam quatro pessoas por quarto. O barracão tem banheiros, cozinha, e uma mercearia que vende as coisas, lá tudo é muito caro, 1kg de feijão custa dez reais e só aceita dinheiro, temos que comprar lá, levamos quase tudo de casa, mas temos que comprar no barracão pra não termos problemas, eles ficam bravos se nós não comprarmos no barracão, já chegaram a mandar ir embora por isso. Nós agradamos a cozinheira, aí ela faz nossa comida boa.

Em reforço a essas relações travadas nos barracões das usinas expressa o entrevistado J. A. C.(2015) que:

Quando comecei trabalhar nas Usinas nós "ficavam" em galpões, alojamentos, todos juntos sem divisão, hoje é diferente, tem organização, hoje tem ônibus para o transporte, tem televisão, beliches, água encanada e fogão... Agora eu fico num quarto com mais três, em vilas nos Engenhos.



Assim, as relações e as estruturas dos barracões são variáveis de uma usina para outra, as falas confirmam o que já foi demonstrado sobre as diferenças das relações e das infraestruturas das usinas. Cada usina tem regras internas que cada trabalhador deve seguir, principalmente no barracão, ao perguntar ao entrevistado sobre a regra do barracão ele afirma que:

No barracão não pode usar drogas, nem bagunçar, nem brigar, tem que ser obediente, em alguns engenhos não tem vigia, mas percebemos que sempre tem alguém que nos olha, e o empreiteiro nos fala como devemos nos comportar, ele é responsável por nós, fica junto com nos no barracão (A. A, (2015).

As diferenças de relatos vêm das disparidades de relações de cada usina, tem cortador de cana que passa a vida toda trabalhando na mesma usina, toda safra eles viajam para o mesmo lugar, assim passa a conhecer e constituir vínculos com as pessoas e com o lugar da usina. Sobre o mesmo questionamento da fala citada antes, afirma J. A. C. (2015), que: “Existem algumas regras, não pode beber jogar, podemos conversar a noite toda e pegar no serviço a hora que quisermos, não tem horário certo pra pegar no serviço e nem pra parar, o dia que não trabalhar é descontado do salário”.

No período de safra eles vivem diversas dificuldades nas relações trabalhistas, como relata o entrevistado A.A (2015):

Cada safra dura 6 meses, o contrato é de 6 meses, pelo contrato o trabalhador tem que produzir três toneladas de cana por dia, que é o salário. A diária é contabilizada de 7:00h da manhã às 11:00h, no sábado o trabalhador só precisa fazer meio salário, uma tonelada e meia de cana e o resto a usina paga. A tonelada do salário eles pagam 8 reais, tem que cortar no mínimo três toneladas e no máximo seis, as que o trabalhador produzir por fora é pago 12 reais, às vezes o trabalhador faz acordo com a usina e pode receber um pouco mais pela tonelada produzida por fora. O trabalhador recebe quinzenalmente 316 reais, se o trabalhador faltar um dia e não tiver atestado é descontado três dias de trabalho, 74 reais.

Nas usinas, as relações de controle se fazem necessárias, devido às péssimas condições de trabalho e de remuneração para manter as relações de exploração da força de trabalho. Assim, é necessário o “controle total”, mostrado por Menezes (1998). Nesta perspectiva, algumas pessoas desempenham essas funções, como já mencionado, o cabo, o administrador e o encarregado são responsáveis pelas funções de controle. Para reforçar essas funções, acrescenta Menezes (1998, p. 5) que “A disciplina dos trabalhadores migrantes é assegurada por uma supervisão permanente dos chefes imediatos, que são o cabo, administrador e arregimentador”.

O controle nas usinas é imposto a gosto dos usineiros, os trabalhadores têm seus direitos assegurados nas leis trabalhistas, com tanto, no interior das usinas, existem “leis” internas atribuídas pela parte administrativa e respeitadas obrigatoriamente pelos trabalhadores, essas “leis” são impostas aos trabalhadores pelo diálogo ou pela força.

Destacando as funções do administrador e do cabo, Menezes (1998, p.5) destaca:

O administrador e o cabo passam pelo alojamento muitas vezes durante o dia seja para designar tarefas ou para espiar/ sondar o que os trabalhadores estão fazendo ou conversando. Há diferenças nas formas como o administrador e outros chefes tratam os trabalhadores, alguns usam técnicas de persuasão e outros para impor respeito e provocar medo nos trabalhadores geralmente assumem uma posição de superioridade, tratando os trabalhadores de forma agressiva.

Geralmente, as pessoas que desempenham essas funções, não são bem quistas pelos trabalhadores devido a forma de se relacionarem, na grande maioria a relação é restritamente profissional e com atritos. Vale ressaltar a terceira função de controle não deixando de ser menos ou mais importante do que as já mostradas, o arregimentador. Segundo Menezes (1998), o arregimentador é responsável por diversas funções, ele tem origem do lugar dos trabalhadores, é responsável por fazer o vínculo entre a usina e os trabalhadores, ou seja, ele organiza grupos em seu lugar de origem e leva para as usinas, devido a essa relação próxima com os trabalhadores, gera certa confiança entre eles, em Aroeiras esse personagem tem o nome de empreiteiro. Na usina ele tem algumas vantagens, sendo responsável pelo controle do alojamento, ou seja, responsável por manter as regras da usina.

Menezes (1998) demonstra a função do arregimentador, responsável por diversas funções, entre elas a contratação e formação das turmas que são levadas para as usinas. No município de Aroeiras- PB esse personagem recebe outro nome, é denominado de “empreiteiro”. Contudo, desempenha as mesmas funções do arregimentador descrito por Menezes (1998). Nesse raciocínio demonstra A. A. (2015), "O empreiteiro leva as carteiras de trabalho um mês antes do corte de cana começar, e as carteiras ficam na Usina, ele ganha dinheiro por fora, e é responsável pelos problemas da turma, cada turma tem de 25 a 40 trabalhadores". Nesta mesma perspectiva demonstra J. A. C (2015), que:

A contratação é feita pelo empreiteiro, quando comecei as turmas não tinham um número de pessoas, o empreiteiro levava quantas pessoas arrumasse, tinha turmas de 20, 30 e até 90 pessoas, hoje é diferente, os empreiteiros levam turmas de 25 a 45 pessoas a cada safra.

Logo, ao passar do tempo os trabalhadores ganharam alguns direitos como seguro contra acidente e desemprego, como mostrado na fala de A. A. (2015), “Se acontecer algum acidente e o trabalhador não poder trabalhar a Usina paga um mês de salário e depois disso e o INSS que paga”. Neste sentido, J. A. C. (2015) ressalta que: “Se sofrer um acidente agente vai para o hospital, e depois que acabar os dias de licença do atestado a Usina deixa de pagar o salário e passa a ser pago pelo INSS”. Logo, ambos estão resguardados pelas mesmas leis, não tem diferença de uma usina para outra.

No período entre safras eles têm direito ao seguro desemprego, logo, esse benefício só é pago depois de 14 meses trabalhados, eles recebem a remuneração uma safra outra não, como mostra A. A. (2015), “[...] tem também o seguro que as Usinas pagam, eles só pagam uma safra outra não, eles só pagam de 14 em 14 meses, quando recebemos é bom quando não recebemos é mais difícil, mas já me acostumei”. Em consonância ao que foi dito afirma J. A. C. (2015) “Recebo o seguro da Usina, esse dinheiro só é pago de 14 em 14 meses, ficamos sem ele uma safra”.

Na safra em que ele não recebe seguro, aumenta a necessidade de buscar outras fontes de angariações de recursos, aumentando assim, a necessidade de encontrar quem pague mais dias por semana e ter a sorte de lucrar no roçado, como afirma A. A. (2015), “Eu trabalho algum dia quando aparece quem pague e faço meu roçado”. A vida desses cortadores de cana está condicionada a dificuldades constantes, ao questionar os entrevistados sobre qual era o maior problema que eles enfrentavam no corte de cana, A. A. (2015) diz: “Cortar cana crua [...], outro problema e o sistema de medição da cana, tem pessoas que vemos cortando pouco e quando recebem tem cortado bem mais toneladas que eu, não podemos fazer nada porque são ‘babões’ do feitor e do cabo”. Sobre a mesma questão J. A. C. (2015), mostra que: “Antigamente era a falta de equipamentos de segurança e os transportes, ônibus velhos e caminhões, hoje não tem, mas nenhum problema”.

Na relação entre os entrevistados e os autores citados sobre o tema, confirmou-se o modo de vida descrito anteriormente, a fala dos cortadores de cana confirmou o que foi explanado sobre as múltiplas atividades necessárias para ter condições dignas de vida, bem como as múltiplas relações sociais que os envolvem, em um sistema de submissão e exploração enfrentadas pelos cortadores de cana, condicionando-os a uma identidade de trabalhador rural migrante bóia-fria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fluxos migratórios para o corte de cana é uma situação vivenciada junto com outras atividades, que são subsidiárias da construção de uma identidade para os membros do grupo dos trabalhadores rurais migrantes: cortadores de cana, trabalhador no roçado e o trabalhador diarista.

Os resultados e análises dos dados constataram a dura realidade dessas pessoas que têm no trabalho rural seu único meio de vida, em um cenário de diversas relações sociais e principalmente de submissão às práticas de exploração contínua.

O modo de vida do migrante de acordo com a pesquisa é baseado na mobilidade e na provisoriedade, ou, seja, os lugares, as pessoas e as relações travadas. A vida do migrante sazonal cortador de cana é constituída de idas e vindas, a alegria da chegada logo se torna a tristeza da partida.

Ao adentrar no mundo dos migrantes cortadores de cana evidenciou-se que os avanços no campo socioeconômico do Brasil ainda não foram capazes de mudar a fonte de recursos dos trabalhadores rurais de Aroeiras- PB, eles continuam praticando as mesmas atividades para ter condições mínimas de vida juntamente com as suas famílias.

No início da pesquisa, ao fazer o levantamento do suporte bibliográfico, notou-se uma série de fatores que contribuem para a continuação da busca dessa mão de obra para o trabalho nas colheitas de cana, são eles: o baixo nível de escolaridade, a morada em lugares com pouco ou nenhum acesso a saneamento básico, desemprego/subemprego, o não acesso saúde, bem como o convívio contínuo com a ausência do Estado. Logo, a única possibilidade de venda de sua força de trabalho encontra-se nas usinas e em algumas diárias pagas por vizinhos e amigos.

Foi feito entrevistas com alguns cortadores de cana objetivando confirmar ou negar o que os estudiosos abordam sobre o tema. Os resultados das entrevistas vieram a confirmar o que já tinha sido exposto através do referencial teórico utilizado no decorrer do trabalho. Os entrevistados expuseram modo de vida deles, desde o trabalho nos canaviais e do processo que envolve a contratação até o fim da colheita e o período entre safras.

Alguns fatores ameaçam essa atividade do corte manual da cana, o avanço tecnológico, a criação e aplicação das leis ambientais, entre outros. A tecnologia já oferece máquinas capazes de realizar o trabalho de mais de cem homens, e as leis ambientais que querem diminuir a queima da cana para proteger o meio ambiente, no entanto, esse processo da queima se faz necessário para facilitar a colheita manual da cana. Assim, as máquinas não são utilizadas em larga escala em Pernambuco, e as leis ambientais permitem a queima da cana, dando continuidade ao processo de colheita manual que necessita de muita força de trabalho.

Essas constatações levam-nos a considerar que os movimentos migratórios dos cortadores de cana ainda são de extrema importância, principalmente para o trabalho no corte de cana. Essa atividade ainda oferta empregos em larga escala para quem tem a técnica e a coragem para cortar cana, esse modo de vida encontra condições para sua continuidade no município de Aroeiras.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Pedro Paulo de. **Aroeiras sua origem**. Editora União, Aroeiras, 1984.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem do nordeste**. 7 ed. –São Paulo: Cortez, 2005.
- \_\_\_\_\_. **A Geografia e a Questão Social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1997.
- BARROS, Silvana. **O trabalhador rural diarista, sua proteção constitucional analisada conforme o disposto nos direitos fundamentais do homem, principalmente no tocante ao princípio da dignidade da pessoa humana**. 2012. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/simposiointernacionaldedireito>. Acesso em: 20-05-2014, às 19:00 horas.
- BOM TEMPO, Denise Cristina; SPOSITO, Eliseu Savérito. **Lugar, Sonhos e Migração: Uma Leitura dos Movimentos Migratórios Entre Japão e Brasil** In: SPOSITO, Eliseu Savérito, et. al.; Geografia e migração, movimentos territórios e territorialidades. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- BECKER, Olga Maria Schild. **Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologias e contextos**. In: CASTRO, Iná Elias de.; et. al. Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988.
- DABAT, Christine Rufino. **Uma “caminhada penosa”**: 1 A extensão do Direito trabalhista à zona canavieira de Pernambuco. *Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica* - N. 26-2, 2008.
- GOETTERT, Jones Dari. **Paradoxos do lugar Mundo: Brasileiros e Identidades**. In: SPOSITO, Eliseu Savério et al.; Geografia e migração, movimentos territórios e territorialidades. –São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IBGE, **Censo Demográfico 1950/2010**. Até 1991, dados extraídos de Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1993, vol. 53, 1993. Disponível em: [sitehttp://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=6&op=1&vcodigo=CD91&t=populacao-situacao-domicilio-populacao-presente-residente](http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=6&op=1&vcodigo=CD91&t=populacao-situacao-domicilio-populacao-presente-residente).
- MAGALHÃES, Mario; SILVA, Joel. **Submundo da cana**. Folha de São Paulo, 24-8-08.
- MELCHIOR, Lirian. **Redes sociais e migrações laborais: múltiplas territorialidades. A comunidade Nipo-Brasileira de ourinhos (SP)**. In: SPOSITO, Eliseu Savério et. al.; Geografia e migração, movimentos territórios e territorialidades. –São Paulo; EXPRESSÃO POPULAR, 2010.

MENEZES, Marilda Aparecida de; et. al. **Os impactos da mecanização da colheita de cana-de-açúcar sobre os trabalhadores migrantes**. Ideias, Campinas- SP, n 2, nova serie, 1º semestre 2011.

\_\_\_\_\_. Marilda Aparecida de. **Interações sociais em alojamentos de trabalhadores migrantes**: O caso dos 'corumbas' na plantation canavieira de Pernambuco. Trabalho apresentado no XXII Encontro Anual da Anpocs. Pernambuco, 1998. Disponível em: [www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman). Acesso em: 15/02/2015.

MENEZES, Marilda Aparecida de; SILVA, Marcelo Satorinoda. **“A Cana Judia de Nos!”**, impactos da migração e da atividade de cortar cana-de-açúcar sobre a saúde dos trabalhadores-migrantes Nordestinos. VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, Recife-PE, 2010.

MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de. **O Mercado de Trabalho da Agroindústria Canavieira**: Desafios e Oportunidades. Economia Aplicada, São Paulo, V.11, N.4, P.605-619, Outubro-Dezembro, 2007.

Nome científico de aroeira. Disponível em: <http://www.biologo.com.br/plantas/fichas/aroeira.html>. Acesso em: 26/11/2015

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: Do pensamento único a consciência universal. 16 ed. Record, Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. **Metamorfose do espaço habitado**. Editora Hucitec, São Paulo, 1988.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 11 ed. Record. Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, José Mateus. **A cultura da cana-de-açúcar, crédito de carbono e o desafio do desenvolvimento sustentável**. Centro Universitário de Anápolis Pró-reitora de Pós-graduação, Pesquisa, Extensão e Ação Comunitária. Anápolis, 2010.

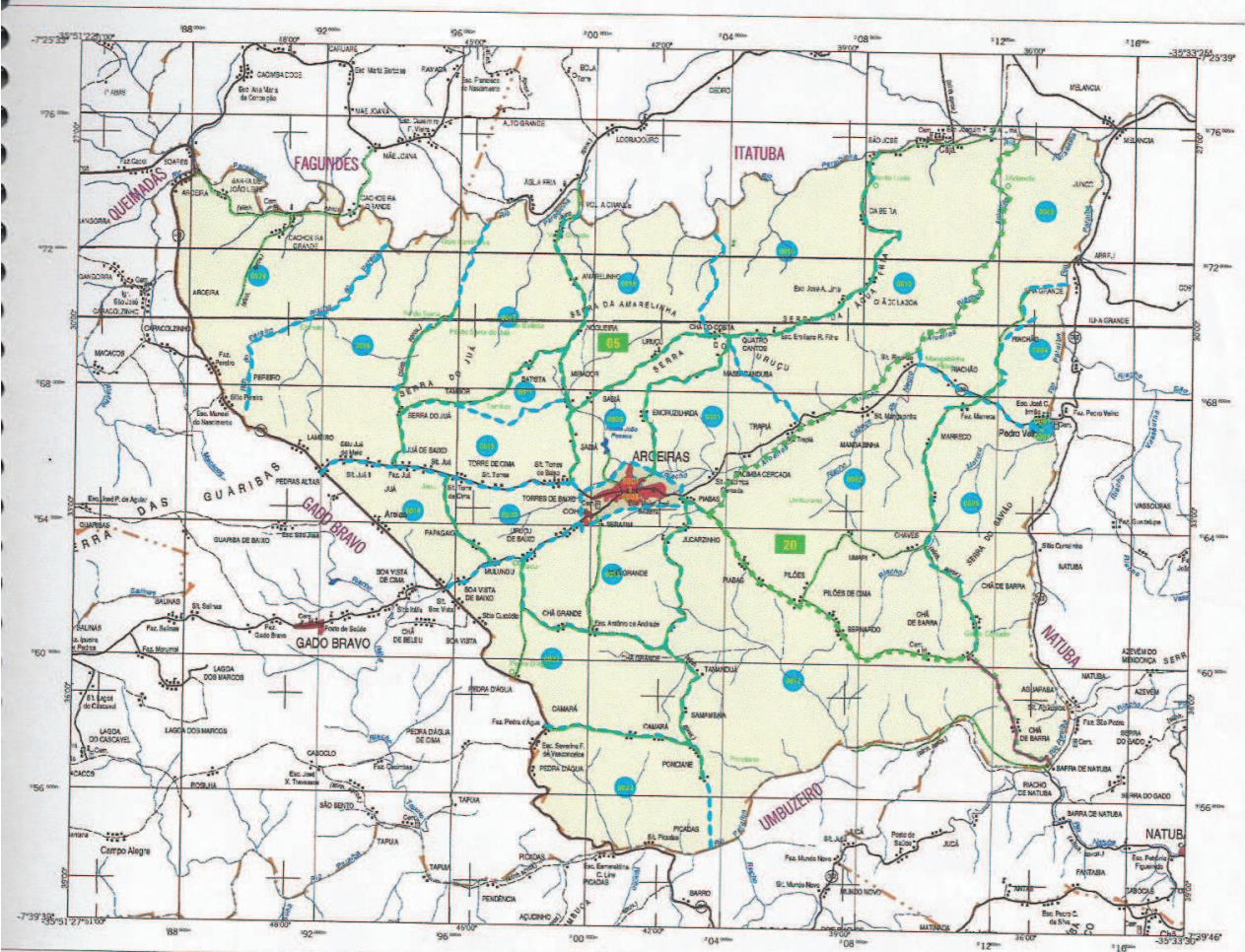
## APÊNDICE



## ENTREVISTA

- 01) Qual seu nome, idade e sua escolaridade?
- 02) Quando foi pela primeira vez cortar cana?
- 03) Já trabalhou em quantas usinas?
- 04) Como é feita a contratação dos trabalhadores?
- 05) Qual o procedimento feito ao chegar na Usina?
- 06) Onde ficam ao chegar na usina? E como é esse lugar?
- 07) Como são as leis do barracão?
- 08) Quanto tempo dura cada safra?
- 09) Como é a parte administrativa dos Engenhos?
- 10) Se sofrer um acidente, como o trabalhador é tratado?
- 11) Qual o maior problema encontrado no corte de cana?
- 12) Quanto tem que produzir por dia?
- 13) O que você faz para sobreviver no período entre safras da cana?
- 14) Quais as atividades que você pratica além o corte e cana para sobreviver?

## **ANEXO**



## MAPA MUNICIPAL ESTATÍSTICO

### CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

#### ELEMENTOS PLANIMÉTRICOS

- Edificações**  
Igreja, Escola, Mina  
Moinho de vento, Moinho de água  
Campo de emergência, Farol  
Localidades
- Linhas**  
Linha transmissão de energia, Cerca  
Linha telefônica
- Rodovias**  
auto-estrada  
pavimentada  
sem pavimentação  
caminho carroçável  
vilha, caminho e estrada  
prefeio de estrada: federal, estadual
- Ferrovias**  
bitola larga  
bitola estreita
- LIMITES**  
Internacional  
Intermunicipal  
áreas especiais

#### ELEMENTOS ALTIMÉTRICOS

- Ponto trigonométrico, Referência de nível  
Ponto astronômico, Ponto barométrico  
Cota comprovada  
Superfície datumada, Areia
- ELEMENTOS DE HIDROGRAFIA**  
Curso d'água intermitente  
Lago ou lago intermitente  
Terreno sujeito a inundações, Salina  
Brejo ou pântano  
Poço (superficial, nascente)  
Riacho e caranais grandes  
Riacho e caranais  
Rocha submersa e descoberta  
Molhe e represa; toca e aberturas  
Ancoradouro, Rio seco ou de aluvião  
Recife rochoso

Escala 1 : 100.000

SISTEMA DE PROJEÇÃO UTM  
Ortem de referência: UTM Equatorial e Meridiano 83 WGS  
Amplitude de coordenadas de 10.000 a 100.000 metros  
DATUM HORIZONTAL: SAD 68  
Este projeto integra o conjunto de mapas temáticos gerados no âmbito do projeto de mapeamento geográfico e estatístico do Brasil, executado pelo IBGE, sob a coordenação do Departamento de Geoprocessamento e Estatística da Diretoria de Geoprocessamento e Estatística do IBGE.  
Este projeto integra o conjunto de mapas temáticos gerados no âmbito do projeto de mapeamento geográfico e estatístico do Brasil, executado pelo IBGE, sob a coordenação do Departamento de Geoprocessamento e Estatística da Diretoria de Geoprocessamento e Estatística do IBGE.  
AV. Brasil, 13.071 - Planalto das Laranjeiras  
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21.241-010  
Contato: atendimento@ibge.gov.br

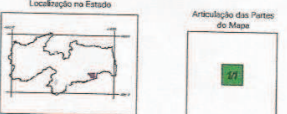
Convenções Temáticas			
Linha: Distrital			
Linha: Sub-Distrital			
Linha: Setor Conselheiro			
Identificação			
Distrito	Sub-Distrito	Sector Rural	Sector Urbano

GEOCÓDIGO		NOME	
Distrito	Subdistrito		
25013020	25013020	AROEIRAS PEDRO VELHO	

### Aroeiras-PB

ASPECTOS FÍSICOS	
Mesorregião:	AGRESTE PARANÁIBO
Microrregião:	UMBUEIRO
Altitude da Sede:	Área: 378,4 km²
COORDENADAS DA SEDE	
Latitude: -7,545	E: 20148
Longitude: -36,708	N: 249037
SUPLEMENTAÇÃO	
Coordenação Fiscal:	CCAR
Coordenação Tributária:	Coordenação de Licenças Territoriais
Unidades Produtoras:	Unidades Operacionais da RDE
Demarcação:	Centro de Documentação e Disseminação de Informação

CRONOLOGIA	
MALHA TERRITORIAL	2007
EDIÇÃO	25-06-2007
Informações técnicas e atualizações:	Consultor Mapeamentos



ATUALIZAÇÕES CARTOGRÁFICAS  
COR MAGENTA - Levantamentos por GPS e/ou Imagens de Satélites  
COR VERDE - Lançamento aproximado sem comprovação cartográfica